

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	9
5.3 - Descrição - Controles Internos	10
5.4 - Programa de Integridade	18
5.5 - Alterações significativas	22
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	23

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	25
10.2 - Resultado operacional e financeiro	59
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	60
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	61
10.5 - Políticas contábeis críticas	62
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	65
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	66
10.8 - Plano de Negócios	67
10.9 - Outros fatores com influência relevante	69

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às nossas atividades, adotamos uma Política de Gerenciamento de Riscos, a qual foi formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de junho de 2021 ("Política de Gerenciamento de Riscos") e cuja aplicação é monitorada pelo Comitê de *Compliance* da Companhia, em conjunto com o Comitê de Auditoria.

Além disto, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como Código de Conduta Ética, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

As nossas políticas e os regimentos internos de nossos órgãos e departamentos podem ser consultados em nosso website de relações com investidores: www.ri.desktop.com.br.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de negócio da Companhia, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados à Companhia ou seu setor de atuação, além de garantir a permanente aderência da Companhia e suas controladas referente às suas atividades e aos padrões ético e profissionais, que devem ser cumpridos pelos colaboradores e terceiros que, em virtude de suas funções, tenham acesso a informações relevantes sobre a Companhia, seus clientes e estratégias.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Estamos comprometidos com a dinâmica de gerenciamento de todos os riscos descritos nos itens 4.1 deste Formulário de Referência, de forma a preservar e desenvolver nossos valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios.

Entre os principais riscos para os quais buscamos proteção, encontram-se os seguintes:

- (a) Riscos Estratégicos: são riscos associados com as nossas decisões estratégicas para atingir nossos objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade para proteger-nos ou adaptar-nos a mudanças no ambiente; além dos riscos relacionados à atuação da concorrência e o risco de imagem, que podem vir a causar danos à nossa reputação, credibilidade ou marca;
- (b) Riscos Operacionais: são riscos que decorrem da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos, nos controles internos, ou fraudes que tornem impróprio o exercício das nossas atividades;
- (c) Riscos de Conformidade: são riscos que decorrem da falta de aderência com, ou riscos relacionados ao não cumprimento de normas, leis aplicáveis ao nosso setor de atuação, legislações em geral, sejam nacionais ou internacionais, acordos, regulamentos, estatutos, códigos de conduta e/ou demais políticas;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(d) Riscos Cibernéticos: são riscos relacionados a potencial exposição dos nossos ativos de informação a ameaças conhecidas ou desconhecidas associado a ataques cibernéticos, assim compreendidas tentativas de comprometer a confidencialidade, integridade, disponibilidade de dados ou sistemas computacionais;

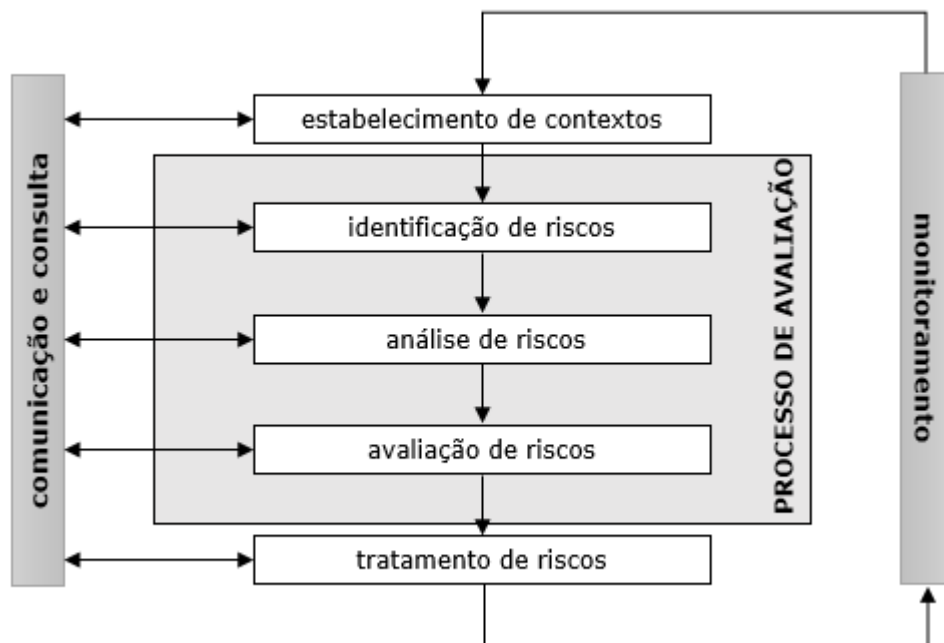
(e) Riscos Financeiros: são riscos associados à exposição das nossas operações financeiras/contábeis e confiabilidade do balanço patrimonial. Podem se materializar em decorrência da não efetividade na administração dos fluxos de caixa visando a maximização e a geração de caixa operacional, retornos das transações financeiras, captação/aplicação de recursos financeiros, possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais e fiscais incompletos, não-exatos ou intempestivos, nos expondo a multas e penalidades;

(f) Riscos de Imagem: são riscos associados a perda de credibilidade e reputação perante os nossos clientes, concorrentes, fornecedores, órgãos governamentais, mercado de atuação ou comunidade, decorrentes de ações, atos e atitudes indevidas e impróprias;

(g) Riscos Socioambientais: são risco de perdas em consequência de efeitos negativos ao meio-ambiente e à sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

O processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia foi elaborado à luz do disposto no “ISO 31000:2009 – Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos”:



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Comunicação e Consulta:

Durante todo processo de gestão de riscos deverá haver uma comunicação efetiva e consulta interna e externa entre o Comitê de Auditoria e as Partes Interessadas (incluindo entrevistas/conversas com Colaboradores, Terceiros, entre outros), por meio de um documento formal ou de uma lista de verificação (ex: elaboração de um questionário específico para cada pessoa), para:

- auxiliar a estabelecer o contexto apropriado e assegurar que as visões e percepções das Partes Interessadas, incluindo necessidades, suposições, conceitos e preocupações sejam identificadas, registradas e levadas em consideração;
- auxiliar a assegurar que os riscos sejam identificados e analisados adequadamente, reunindo áreas diferentes de especialização; e
- garantir que todos os envolvidos estejam cientes de seus papéis e responsabilidades, e avaliem e apoiem o tratamento dos riscos.

(b) Estabelecimento do Contexto:

Nesta etapa, o Comitê de Auditoria entenderá o contexto da Companhia, ou seja, objetivos, ambientes de trabalho (internos e externos), inclusive controles internos existentes, no qual os objetivos são perseguidos, com o fim de obter uma visão abrangente dos fatores que possam influenciar a capacidade da Companhia para atingir os seus objetivos, bem como fornecer parâmetros para a definição de como as atividades subsequentes do processo de gestão de riscos serão conduzidas.

Esta etapa inclui a identificação das Partes Interessadas, bem como a identificação e a apreciação das suas necessidades, expectativas legítimas e preocupações.

(c) Processo de Avaliação de riscos:

Nesta etapa, o Comitê de Auditoria compreenderá a identificação, análise, classificação, avaliação de riscos, tratamento e o monitoramento dos riscos, conforme detalhados abaixo:

- Identificação dos Riscos: O Comitê de Auditoria produzirá uma lista de riscos identificados, incluindo causas, fontes e eventos que possam ter um impacto na consecução dos objetivos identificados na etapa de estabelecimento do contexto. Esta identificação de riscos pode se basear em dados históricos, análises teóricas, opiniões de pessoas informadas e especialistas, necessidades das Partes Interessadas.

Portanto, é importante o envolvimento das pessoas com conhecimento adequado e da equipe diretamente responsável pela execução do processo, do projeto ou da atividade que está tendo os riscos identificados.

- Análise e Classificação dos Riscos: A partir da lista de riscos identificados, o Comitê de Auditoria elaborará um relatório de riscos com o objetivo de compreender a natureza dos riscos e determinar os níveis de riscos para que estes sejam avaliados e devidamente tratados.

O nível do risco deverá ser expresso pela combinação da probabilidade de ocorrência do evento, frente à realidade e as práticas atuais da Companhia, e de suas consequências em termos da magnitude do impacto nos objetivos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Além disto, as análises de riscos poderão usar escalas/classificações de probabilidades de materialização e seu impacto ou consequências às atividades da Companhia, que devem ser elaboradas de forma compatível com o contexto e os objetivos da gestão de riscos da Companhia.

Para elaboração do relatório de riscos, o Comitê de Auditoria deverá considerar as escalas de probabilidades e de impactos a seguir.

- Escalas de Probabilidades de Ocorrência:

Chance de ocorrência	Descrição
Muito Baixa	<u>Remoto/Improvável</u> : Evento improvável de ocorrer . Excepcionalmente, até poderá ocorrer, porém no momento da sua classificação, não foram identificadas situações, elementos ou informações concretas que indiquem sua ocorrência em futuro próximo.
Baixa	<u>Rara</u> : Evento raro de ocorrer . O evento poderá ocorrer em algum momento; contudo, caso ocorra, será algo razoavelmente inesperado, existindo poucos elementos ou informações que indiquem tal possibilidade em futuro próximo.
Média	<u>Possível</u> : Evento possível de ocorrer . Existem elementos ou informações que apontam moderadamente essa possibilidade em algum momento de vida da Companhia.
Alta	<u>Provável</u> : Evento provável de ocorrer . É esperado que o evento acabe ocorrendo em algum momento de vida da Companhia (ainda que incerto), pois os elementos e as informações levantadas indicam tal possibilidade.
Muito Alta	<u>Quase/Praticamente Certo</u> : Evento praticamente certo de ocorrer . É inequívoco que o evento ocorrerá em algum momento de vida da Companhia, pois os elementos e informações disponíveis indicam claramente tal possibilidade.

- Escala de Magnitude de Impactos/Consequências:

Magnitude de Impacto	Descrição
Muito Baixo	<u>Imaterial/Mínimo</u> : Degradação de operações, atividades, processos, projetos ou programas da organização, causando impactos mínimos no que concerne ao prazo, custo, qualidade, escopo, imagem, relacionamento com cliente ou atendimento de metas, padrões ou capacidade de entrega de produtos/serviços às Partes Interessadas, sejam clientes (internos/externos), ou beneficiários.
Baixo	<u>Pequeno</u> : Degradação de operações, atividades, processos, projetos, programas e/ou negócios da organização, causando impactos baixos nos objetivos financeiros ou o atendimento de metas, sendo, contudo, plenamente mensuráveis e recuperáveis em curto prazo.
Médio	<u>Moderado</u> : Degradação, interrupção ou demais impactos em relação às operações, atividades, processos, projetos, programas e/ou negócios da organização, causando impactos significativos nos objetivos financeiros e metas a curto e/ou médio prazo, porém, sendo recuperáveis em longo prazo.
Alto	<u>Significativo</u> : Degradação, interrupção ou demais impactos em relação às operações, atividades, processos, projetos, programas e/ou negócios da organização, causando impactos de reversão muito difícil e impactando expressivamente os objetivos de curto, médio e longo prazo da organização.
Muito Alto	<u>Substancial/Catastrófico</u> : Total paralisação ou impactos de grande escala em relação às operações, atividades, processos, projetos, programas e/ou negócios da organização, causando impactos irreversíveis e/ou catastróficos capazes de causar a extinção da organização.

- Avaliação de Riscos: Após a conclusão do relatório de riscos, o Comitê de Auditoria deverá apresentar os resultados encontrados à Diretoria, para que esta possa avaliar os riscos e decidir qual tratamento será dado aos Riscos identificados, bem como se dará a implementação do tratamento em questão.

A finalidade da avaliação de riscos é auxiliar na tomada de decisões com base nos resultados da análise de riscos, sobre quais Riscos necessitam de tratamento e a prioridade para a implementação do referido tratamento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A situação em que a Companhia está disposto a enfrentar para implementar suas estratégias comerciais, atingir seus objetivos financeiros e agregar valor para seus acionistas/Partes Interessadas é chamado de “apetite ao risco”, e o nível de variação aceitável no desempenho em relação à meta para o cumprimento de um objetivo específico é chamado de “tolerância ao risco”.

Desta forma, as seguintes diretrizes podem ser usadas pela Companhia para priorização e tratamento de riscos:

Nível de Risco	Critérios para Priorização e Tratamento de Riscos
RE (Risco Extremo)	Nível de risco muito além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado à governança e alta administração e ter uma resposta imediata. Postergação de medidas só com autorização do dirigente máximo.
RA (Risco Alto)	Nível de risco além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado à alta administração e ter uma ação tomada em período determinado. Postergação de medidas só com autorização do dirigente de área.
RM (Risco Médio)	Nível de risco dentro do apetite a risco. Geralmente nenhuma medida especial é necessária, porém requer atividades de monitoramento específicas e atenção da gerência na manutenção de respostas e controles para manter o risco nesse nível, ou reduzi-lo sem custos adicionais.
RB (Risco Baixo)	Nível de risco dentro do apetite a risco, mas é possível que existam oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas assumindo-se mais riscos, avaliando a relação custos x benefícios, como diminuir o nível de controles.

- **Tratamento de Riscos:** Apresentados os resultados para a Diretoria e decidido o tratamento que será dado aos riscos identificados, será instituído um grupo de trabalho envolvendo o Comitê de Auditoria e as Partes Interessadas para desenhar o plano de ação e implementar o tratamento.

Esta etapa envolve a seleção de uma ou mais opções para modificar o nível do risco (a probabilidade ou o impacto) e a elaboração de planos de tratamento que, uma vez implementados, implicarão a introdução de novos controles ou a modificação dos existentes. A partir da definição dos critérios-macro de *apetite e tolerância aos riscos*, o grupo de trabalho deverá apresentar planos de ação com medidas adequadas para fins de eliminação ou mitigação dos riscos identificados anualmente, salvo se definido de maneira distinta no plano de ação, priorizando os esforços humanos e orçamentários aos Riscos de maior impacto e/ou chance de materialização.

Tais planos de ação deverão contar com a recomendação do Comitê Auditoria para a aprovação formal do Conselho de Administração, e o acompanhamento periódico da sua execução pelo Comitê de *Compliance*.

- **Monitoramento dos Riscos:** O monitoramento e a análise crítica da gestão de riscos pelo Comitê de Auditoria é uma das etapas mais importantes do processo de gestão de riscos. Seus objetivos são:
 - garantir a atualização da forma de classificação e priorização dos riscos já identificados;
 - verificar o surgimento de novas categorias de riscos;
 - verificar o nível de implementação dos planos de mitigação;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- detectar mudanças no contexto externo e interno, incluindo alterações nos critérios de risco e no próprio Risco, que podem requerer revisão dos tratamentos atualmente adotados e suas prioridades, e levar à identificação de riscos emergentes; e
- obter informações adicionais para melhorar a política, a estrutura e o processo de gestão de riscos;
- verificar periodicamente se os controles internos continuam eficazes e eficientes; e
- verificar se as diretrizes estabelecidas pelas políticas e procedimentos internos estão sendo cumpridas.

Para auxiliar nesta etapa, poderá ser realizada auditoria externa/independente.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Nosso gerenciamento de riscos é realizado por uma estrutura formada por diferentes órgãos, com as seguintes competências:

- (a) Conselho de Administração: É o órgão responsável por aprovar as políticas, diretrizes, Matriz/Modelagem de risco, limites de exposição e impactos conforme apresentado pela Diretoria e recomendado pelo Comitê de Auditoria; fornecer à Diretoria, quando necessário, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados; avaliar, quando necessário, mudanças nos limites de exposição de riscos que tenham sido aprovados pela Diretoria; e avaliar, por meio do Comitê de Auditoria, a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de riscos anualmente.
- (b) Diretoria Estatutária: É o órgão responsável por desenhar as diretrizes, Matriz/Modelagem de risco, determinando os limites de exposição, impactos, e a tolerância de exposição aos riscos; definir a estrutura para o sistema de gerenciamento de riscos dentro da Companhia; definir, em conjunto com o Comitê de *Compliance*, os planos de ação para mitigação dos riscos; supervisionar o processo de avaliação de riscos e monitorar a evolução da exposição aos riscos e os sistemas de gerenciamento de risco; e, ainda, disseminar a cultura da gestão de risco em toda Companhia.
- (c) Comitê de Auditoria: O órgão foi aprovado pelo Conselho de Administração e implementado em 13 de maio de 2021, e é responsável pela supervisão da gestão de riscos da Companhia, sendo responsável por opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia; avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; acompanhar as atividades da auditoria interna e do Comitê de *Compliance* da Companhia; avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; reportar periodicamente as suas atividades ao Conselho de Administração; avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas, bem como possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (d) Comitê de Compliance: O órgão foi aprovado pelo Conselho de Administração e implementado em 22 de junho de 2021 e é responsável por supervisionar a adoção das rotinas internas e iniciativas a fim de evitar, detectar e/ou remediar possíveis riscos envolvendo as atividades da Companhia; fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda; fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de riscos; apresentar percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; propor limites para exposição aos riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao risco; supervisionar o processo de avaliação de riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar o monitoramento constante de riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os riscos emergentes; acompanhar a Diretoria na implantação desta Política por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas; avaliar os riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições; cumprir os limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração; comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos; propor treinamentos para as áreas envolvidas sobre metodologia, conceitos e cultura de gestão de risco; e definir procedimentos para monitoramento de terceiros.
- (e) Funcionários Especificamente Designados: A Companhia deverá designar funcionários para a exercer funções de compliance, controles internos e riscos corporativos, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais. Tais funcionários, no exercício destas funções específicas, responderão diretamente ao Comitê de Auditoria. Serão responsáveis por realizar testes de aderência às políticas da Companhia; dar suporte ao Comitê de Auditoria e ao Comitê de Compliance; e desenvolver as demais atividades que venham a ser determinadas por tais Comitês.
- (f) Gestores das Áreas de Negócio: Responsáveis por identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os Limites de Riscos; comunicar, tempestivamente, à área responsável por controles internos da Companhia, conforme as definições do Comitê de Auditoria e contando com o auxílio de gestores de diferentes departamentos (a depender da área envolvida); implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de Riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos.
- (g) Área de Auditoria Interna: A Área foi aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de maio de 2021 e implementada com a indicação de responsável pelo setor, responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário; fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de riscos; apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e propor limites para exposição aos riscos à Diretoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Nossa administração, por meio do Conselho de Administração e Diretoria, e diversos órgãos, em especial a Área de Auditoria Interna, monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos. Além disto, a estrutura e orçamento destinados à Área de Auditoria Interna foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração, realizada em 13 de maio de 2021, como sendo suficientes para o desempenho de suas competências.

Em vista de nosso porte, riscos correspondentes e volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo, entendemos que nossa estrutura operacional atual para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

Por fim, entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e sempre que necessário, sendo que, no mínimo, uma vez ao ano, revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 – Política de gerenciamento de riscos de mercado****(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia não adota uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado. De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de junho de 2021, os Riscos de Mercado, tal qual os demais riscos gerenciados por tal Política, são monitorados, classificados e relatados à Administração da Companhia, que buscará as ações adequadas para sua mitigação/eliminação. Para maiores informações, ver item 5.6 deste Formulário.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável.

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Não aplicável.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não Aplicável.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não Aplicável.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável.

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Não Aplicável.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não Aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementa e mantém práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer aos seus acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações financeiras e demais informações financeiras.

Os processos e sistemas de controles internos que a Companhia adota baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de seus objetivos. Para isso, seu processo consiste basicamente em avaliar periodicamente o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que a Companhia está disposta a incorrer na busca por retorno e geração de valor. Os processos relacionados com a gestão de riscos de *compliance* da Companhia encontram-se detalhados na Seção 5.4.

A Companhia entende que a estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificar a efetividade do gerenciamento dos riscos de mercado e sempre que necessário a Companhia revisará os códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Participam das práticas de controles internos da Companhia: o (a) Comitê de Auditoria, (b) o Comitê de *Compliance*, e (c) a Auditoria Interna.

Comitê de Auditoria

A Companhia instalou, em 13 de maio de 2021, um Comitê de Auditoria de caráter-não estatutário e permanente, que reporta ao Conselho de Administração, que terá como principais atribuições:

- (i) zelar pelos legítimos interesses da Companhia, no âmbito de suas atribuições;
- (ii) avaliar, acompanhar e assegurar a adoção das melhores práticas de governança corporativa e coordenar o processo de implementação e manutenção de tais práticas, propondo alterações e atualizações quando necessário;
- (iii) propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes, bem como a substituição de tais auditores independentes, e opinar sobre a contratação do auditor independente para qualquer outro serviço;
- (iv) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (a) a sua independência; (b) a qualidade dos serviços prestados; e (c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- (v) supervisionar a implementação de iniciativas de auditoria interna, a instalação e as atividades da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, se e quando instaladas, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- (vi) supervisionar as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas;
- (vii) assessorar o Conselho de Administração no processo de supervisão da elaboração do orçamento anual, bem como das demonstrações financeiras da Companhia e demais relatórios exigidos por lei, a fim de assegurar que tais demonstrações e relatórios cumpram os requisitos legais aplicáveis;
- (viii) revisar previamente à sua divulgação e monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, intermediárias e anuais da Companhia e de suas controladas, bem como documentos correlatos, incluindo as divulgações constantes do relatório da administração da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- (ix) supervisionar as atividades da área de controles internos da Companhia e de suas controladas, bem como monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia e de suas controladas, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;
- (x) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e de gerenciamento de riscos, abrangendo riscos legais, regulatórios, tributários e trabalhistas;
- (xi) manifestar-se, previamente ao Conselho de Administração, a respeito do relatório anual sobre o sistema de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia;
- (xii) opinar, exclusivamente quando solicitado pelo Conselho de Administração, sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral e/ou à administração, conforme o caso, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão e investimentos e desinvestimentos relevantes relativos à Companhia;
- (xiii) auxiliar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e de seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia, bem como na elaboração de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos e na definição de estratégias a serem adotadas pela Companhia no que tange à sua política financeira e de investimentos;
- (xiv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimento relacionados com as despesas e investimentos realizados em nome da Companhia;
- (xv) avaliar, monitorar e recomendar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna da Companhia, a adequação, correção e aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo, mas não se limitando à Política de Transações com Partes Relacionadas realizada pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
- (xvi) verificar o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas manifestações, inclusive no que se refere ao planejamento dos trabalhos de auditoria;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(xvii) avaliar a observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna, bem como se pronunciar junto ao Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a auditoria interna, a externa e/ ou a Diretoria da Companhia;

(xviii) reunir-se com os demais comitês, comissões (caso existentes) e com o Conselho de Administração da Companhia, para discutir políticas, práticas e procedimentos financeiros e de investimento, auditoria e *compliance*, identificados no âmbito das suas respectivas competências;

(xix) examinar, discutir e formular recomendações ao Conselho de Administração quanto à política financeira e de investimento proposta pela Diretoria da Companhia, incluindo, mas não se limitando, aplicações e operações financeiras, investimentos financeiros, captação e gestão de caixa e de riscos financeiros, bem como acompanhar sua implantação;

(xx) acompanhar a implantação de políticas de *compliance* aprovada pelo Conselho de Administração, a fim de assegurar que estão sendo atendidas as orientações definidas;

(xxi) observar as políticas da Companhia quando recebidas denúncias pelos canais de comunicação da Companhia e/ou outros sinais de alerta existentes e supervisionar a adoção de medidas, com foco na prevenção, detecção e resposta a eventuais violações existentes, recomendando a aplicação das medidas pertinentes em casos constatados de infrações;

(xxii) analisar previamente todo e qualquer contrato (i) envolvendo a Companhia e/ou suas controladas relativos à prestação de serviços de consultoria, assessoria e/ou atividades similares por terceiros e que os Administradores julguem necessário; e/ou (ii) envolvendo a Companhia e/ou suas controladas, de um lado, e qualquer Parte Relacionada da Companhia (nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse), de suas controladas, dos acionistas da Companhia e/ou dos administradores, conforme o caso, podendo emitir pareceres aos órgãos estatutários competentes;

(xxiii) monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas, dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

(xxiv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de ativos da Companhia; e (iii) as despesas incorridas em nome da Companhia;

(xxv) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) as atividades exercidas no período, os resultados e conclusões alcançados; (ii) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia; (iii) a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação; (iv) a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna; (v) a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos referentes ao período; e (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(xxvi) acompanhar a implantação da política financeira aprovada pelo Conselho de Administração, a fim de assegurar que estão sendo atendidas as orientações definidas; e

(xxvii) sugerir alterações ao Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

Comitê de Compliance

A Companhia criou, em 13 de maio de 2021, um Comitê de *Compliance* de caráter não-estatutário e permanente, que reportará ao Conselho de Administração. Em 22 de junho de 2021, o Conselho de Administração aprovou o Regimento Interno e a eleição dos membros do Comitê de *Compliance*.

Auditoria Interna

A Companhia instalou, em 13 de maio de 2021, uma Auditoria Interna que reporta ao Conselho de Administração, que terá como principais atribuições:

- (i) elaborar o regimento interno disciplinador das regras operacionais para o seu funcionamento, submetendo-o, bem como as respectivas alterações, à aprovação do Conselho de Administração;
- (ii) propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes, bem como a substituição ou destituição de tais auditores independentes, e opinar sobre a contratação do auditor independente para qualquer outro serviço;
- (iii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade de serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- (iv) supervisionar as atividades da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las;
- (v) supervisionar as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas;
- (vi) supervisionar as atividades da área de controles internos da Companhia e de suas controladas;
- (vii) avaliar e monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- (viii) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia e de suas controladas, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;
- (ix) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e de gerenciamento de riscos, abrangendo riscos legais e normativos em quaisquer esferas judiciais ou administrativas;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- (x) manifestar-se, previamente ao Conselho de Administração, a respeito do relatório anual sobre o sistema de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia;
- (xi) opinar, a pedido do Conselho de Administração, sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- (xii) monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- (xiii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de ativos da Companhia; e (iii) as despesas incorridas em nome da Companhia;
- (xiv) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna da Companhia, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
- (xv) verificar o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas manifestações, inclusive no que se refere ao planejamento dos trabalhos de auditoria;
- (xvi) avaliar a observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna, bem como se pronunciar junto ao Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a auditoria interna, a externa e/ ou a Diretoria da Companhia;
- (xvii) reunir-se com os diversos Comitês, Comissões e com o Conselho de Administração, para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- (xviii) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) as atividades exercidas no período, os resultados e conclusões alcançados; (ii) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia; (iii) a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação; (iv) a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna; (v) a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos referentes ao período; e (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; e
- (xix) opinar sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Comitê de Auditoria, na qualidade de órgão colegiado, será responsável por realizar, no mínimo anualmente, a auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

Ademais, a supervisão da eficiência dos controles internos é de responsabilidade do Comitê de *Compliance*.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Durante a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, os auditores independentes consideram os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Os auditores independentes da Companhia obtiveram entendimento dos controles internos relevantes e conduziram procedimentos apropriados às circunstâncias em conexão com a auditoria das informações financeiras do período de três meses findo em 31 de março de 2021, oportunidade em que identificaram os assuntos descritos abaixo, tendo-os classificado como deficiências significativas, bem como feito as recomendações que seguem na tabela a seguir:

Assunto	Descrição da deficiência e recomendação dos auditores
Ambiente geral de controles de tecnologia da informação	<p>No que tange aos sistemas de tecnologia da informação relevantes para mensuração e registro das principais rubricas das demonstrações financeiras, foi identificado que a Companhia não possui políticas e procedimentos formalizados para os controles gerais de TI, especificamente com relação aos seguintes principais aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Gestão e controles de mudanças nos sistemas - mudanças são aplicadas diretamente em produção e pela equipe de desenvolvimento sem um protocolo definido de segregação de funções nas atividades; 2) Controle de acesso aos sistemas e definição de perfis por tipo de usuário, incluindo delegação de autoridade de aprovação; 3) Gestão e controle de uso dos super usuários com acesso ao sistema MEGA utilizados pelas áreas de negócios; e <p>Gestão de riscos cibernéticos (cybersecurity) internos e externos.</p> <p>Recomendou-se à Administração que a Companhia obtenha um plano de implementação de políticas e procedimentos de controles gerais de tecnologia da informação, seguindo benchmarks de boas práticas corporativas e determine/formalize um plano de formalização das políticas apropriadas ao ambiente corporativo e de negócios e determine um plano de implementação.</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Assunto	Comentários dos Diretores
Ambiente geral de controles de tecnologia da informação	<p>1) <i>Gestão e controles de mudanças nos sistemas - mudanças são aplicadas diretamente em produção e pela equipe de desenvolvimento sem um protocolo definido de segregação de funções nas atividades.</i></p> <p>Nosso desafio é manter a flexibilidade como valor fundamental, permitindo a manutenção do modelo corporativo que tem acelerado nosso crescimento, sem com isso renunciar aos controles necessários para manter nosso negócio sustentável.</p> <p>Para criar controles sem abrir mão da nossa capacidade de adaptar-nos rapidamente às necessidades de nossos Clientes, Acionistas e Funcionários, lançamos o projeto Governança Digital, que irá habilitar novos controles sobre mudanças em nossos sistemas, mas também irá promover a adoção de práticas Ágeis em nossa organização e acelerar o uso de novas tecnologias e inovação, utilizando técnicas DevSecOps como pilar fundamental para a automação, controle e velocidade do nosso processo de desenvolvimento.</p> <p>Nosso projeto de Governança Digital já foi iniciado e nosso plano prevê iniciar a captura dos benefícios em controle, eficiências e agilidade a partir do 4ºQ de 2021.</p> <p>2) <i>Controle de acesso aos sistemas e definição de perfis por tipo de usuário, incluindo delegação de autoridade de aprovação.</i></p> <p>Os controles de acesso às informações e dados são essenciais para o nosso crescimento, mantendo as garantias de proteção aos dados dos nossos Clientes e do nosso negócio.</p> <p>Nesse sentido a Desktop tem em andamento um projeto, que se encontra na etapa final do detalhamento de escopo, cujo objetivo é contratar um sistema para gerenciar usuários, permissões, acessos e autorizar ações de ativação e desativação em nossos sistemas.</p> <p>Este escopo está sendo criado a partir de uma política de gestão de acessos apoiada pela consultoria PG Advogados, para liberar, auditar e revogar o acesso de usuários bem como estabelecer as regras relacionadas à delegação de permissões em nossas plataformas e sistemas. Esta etapa será concluída até o final do 2º Q 2021.</p> <p>Concluída a etapa acima, com a definição da política de gestão de acessos e escopo detalhado, a Desktop dará início ao processo de aquisição do sistema, visando automatizar a gestão e os controles de acesso à nossos sistemas até o final do 4ºQ 2021.</p> <p>3) <i>Gestão e controle de uso dos super usuários com acesso ao sistema MEGA utilizados pelas áreas de negócios.</i></p> <p>Tais vulnerabilidades relacionadas a acessos de super usuários estão associadas a limitações na Plataforma MEGA. Neste caso em específico o Projeto ERP SAP irá solucionar esta vulnerabilidade. Este projeto foi contratado em abril/2021 e está em fase de execução, tendo como principais marcos:</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

	<p>O início da Operação Assistida em outubro/2021</p> <p>Roll Out Massivo em janeiro/2022.</p> <p>O rollout acima habilita de imediato a desativação do sistema MEGA e solução definitiva das vulnerabilidades identificadas.</p> <p>Como Workaround, iremos implementar processos de controles internos para:</p> <p>Revisar os perfis/permissoes no sistema (MEGA), mantendo somente para os profissionais autorizados;</p> <p>Trava no sistema após cada fechamento contábil;</p> <p>Formulário para entender a necessidade de qualquer transação e aprovação de tais lançamentos;</p> <p>Abertura dos ajustes e/ou reclassificações, somente com autorização e liberação pelo Gerente da Controladoria.</p> <p><i>4) Gestão de riscos cibernéticos (cybersecurity) internos e externos.</i></p> <p>A Desktop contratou a consultoria norte americana AON Cyber Solutions para avaliar todos os processos, procedimentos e infraestrutura da empresa, com o objetivo de identificar e propor soluções de mitigação a todo e qualquer risco de segurança que represente ameaça ao nosso negócio.</p> <p>A AON Cyber Solutions, através da subsidiária Stroz&Friedberg, concluiu e entregou relatório específico no 1ºQ de 2021, listando todos os potenciais pontos de vulnerabilidades e as respectivas propostas de mitigação dos riscos de segurança e cibernéticos.</p> <p>Dentre uma série de ações executadas pela AON Cyber Solutions, vale destacar o teste de vulnerabilidade externa, que não identificou vulnerabilidades críticas.</p> <p>Após finalizada a revisão conduzida pela AON Cyber Solutions, foi estabelecido o Security Program da Companhia, com uma série de ações em andamento, onde valor destacar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a Companhia contratará um parceiro para verificar e realizar testes periódicos de penetração de terceiros e aplicar as ações de mitigação de segurança mais importantes (previsão: outubro/2021); • a Companhia contratará um seguro para perda de dados e incidentes de privacidade (previsão: outubro/2021); • a Companhia contratará ou ocomprará um software IDS e IPS para detectar e prevenir intrusões (previsão: novembro/2021).
--	--

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Possuímos um sistema de controles internos para monitorar nossos processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (*compliance*), que entendemos adequado ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

Tal sistema de controles internos está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, dentre as quais destacam-se aquelas descritas em nossos Manual de *Compliance*, Código de Conduta Ética e demais políticas relacionadas.

Temos como objetivo fomentar e consolidar uma cultura organizacional ética e sustentável na Companhia. A conduta ética faz parte do negócio da Companhia e deve guiar todos os colaboradores e terceiros que se relacionarem com a Companhia e/ou com as demais empresas que integram o mesmo grupo econômico que a Companhia.

O nosso Código de Conduta Ética reflete o compromisso da Companhia de conduzir seus negócios de acordo com os mais elevados padrões de honestidade, integridade e respeito às pessoas e demonstrar aos clientes, investidores, parceiros comerciais e servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, bem como os detentores de mandato eletivo, que sua confiança na Companhia é justificada.

A Companhia não tolera práticas ilegais de qualquer natureza, incluindo corrupção por meio de pagamento de suborno ou propinas, o que resultará em medidas disciplinares energéticas que podem se estender até a demissão e/ou denúncia à órgãos competentes, nos termos da legislação em vigor. Qualquer violação ou descumprimento das disposições do Código de Conduta Ética são tratadas de acordo com as medidas consideradas adequadas, em razão da gravidade e extensão dos fatos a serem analisados.

Nosso Código de Conduta Ética também contém regras sobre relacionamentos pessoais, situações de conflitos de interesse, segurança da informação e confidencialidade, uso de computadores, segurança do trabalho e bem-estar, brindes e cortesias, transparência e divulgação, além de dispositivos sobre relacionamento com clientes, terceiros e agentes do poder público.

Adicionalmente, também possuímos um Manual de Compliance que visa garantir a permanente aderência da Companhia referente à sua atividade e aos padrões ético e profissional e deve ser cumprido pelos colaboradores e terceiros que, em virtude de suas funções tenham acesso a informações relevantes sobre a Companhia, seus clientes e estratégias.

Todos os documentos mencionados acima podem ser consultados em nosso website de relações com investidores: www.ri.desktop.com.br.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Para o monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos interno de integridade, contamos com o nosso Comitê de Auditoria, o nosso Comitê de *Compliance*, aprovados em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 13 de maio de 2021 e 22 de junho de 2021, bem como o nosso Canal de Denúncias.

O Comitê de Auditoria é o órgão responsável por supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros e políticas de investimento, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores internos e dos auditores externos. Gerido por um regimento interno, o Comitê de Auditoria é composto por três membros.

O Comitê de *Compliance* terá total autonomia para executar suas funções e terá a atribuição de fornecer consultorias frente a questões específicas de *compliance* e controles internos, bem como, fomentar discussões de temas pertinentes, analisar casos/situações excepcionais e definir as ações a serem tomadas.

Além disso, está em fase de implementação o Canal de Denúncias, por meio do qual podem ser realizadas denúncias de todo e qualquer indício de comportamento incompatível com o nosso Código de Conduta Ética, situações que envolvam suspeitas de fraudes, corrupção, desvios éticos de condutas, atos ilícitos, entre outros.

O Canal de Denúncias também poderá ser utilizado em casos de dúvidas sobre o Código de Conduta Ética. Entendemos que nossos mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes de governo.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

Nosso Código de Conduta Ética é aplicável a todos os nossos colaboradores, bem como a todos os Terceiros que se relacionam direta ou indiretamente com a Companhia, independentemente do nível hierárquico, da função e do cargo exercidos e da localidade que se encontram. Para fins do nosso Código de Conduta Ética são considerados: (i) Colaboradores: qualquer sócio, acionista, administrador, conselheiro, diretor, executivo, empregado/funcionário (celetista ou não), aprendiz, estagiário, membros de comitês, colaborador, assessor, procurador ou agente da Companhia ou de suas afiliadas; e (ii) Terceiros: toda e qualquer pessoa física ou jurídica não pertencente a Companhia, que atuem, direta ou indiretamente, de qualquer forma, em nome da Companhia ou de qualquer Afiliada, incluindo, mas não se limitando a prestadores de serviço, parceiros de negócio, consultores, distribuidores, representantes, representantes comerciais, mandatários, procuradores, fornecedores, despachantes.

A aplicação do Código de Conduta Ética conta com total apoio e engajamento do Conselho de Administração, Diretoria e acionistas da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*

A Companhia está em fase de desenvolvimento de um cronograma periódico de treinamentos em relação a todas as suas políticas com o intuito de conscientizar todos os seus empregados sobre as diretrizes do Código de Conduta Ética, conforme os cargos ocupados e as funções desempenhadas por cada empregado, de forma a disseminar e perpetuar os princípios e valores éticos adotados pela Companhia.

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

Qualquer violação ou descumprimento das disposições do Código de Conduta Ética é tratada, de acordo as medidas consideradas adequadas, em razão da gravidade e extensão dos fatos a serem analisados. Caso venha a ser comprovada, após o devido tratamento, a ocorrência de uma violação às disposições do Código de Conduta Ética, o(s) colaborador(es) ou terceiros receberá(ão) as penalidades aplicáveis, de acordo com a gravidade e o efetivo envolvimento, que poderá variar desde simples advertência até o desligamento do Colaborador (ou rescisão de contrato com Terceiro, se for o caso), sem prejuízo de aplicação das medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis e demais consequências previstas em leis e/ou contratos.

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

O Código de Conduta Ética foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de junho de 2021 e pode ser consultado no nosso website: www.ri.desktop.com.br.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Possuímos canal para acolher denúncias caso haja suspeita de uma possível violação a uma lei, a um regulamento ou a um padrão ético da Companhia.

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*

O canal de denúncias é externo, sendo endereçadas as denúncias para o Comitê de Compliance em caráter confidencial, segura, sigilosa, exceto nas situações em que tenhamos obrigação legal de informar aos órgãos e autoridades governamentais e, se do interesse do denunciante, de forma anônima. O Comitê de Compliance da Companhia dará sequência à avaliação inicial, à apuração das denúncias, e à definição das tratativas do caso, e comunicará os membros do Comitê de Auditoria no tempo e modo necessários. Suspeitas de violação ao disposto no Código de Conduta Ética e nas Políticas Internas devem ser comunicadas por meio dos Canais de Comunicação disponíveis.

- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*

O acesso ao canal de denúncias é gratuito e pode ser utilizado tanto por nossos colaboradores quanto por terceiros, como possíveis fornecedores, parceiros, prestadores de serviço, representantes comerciais e clientes através do e-mail compliance@desktop.net.br.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé*

É estritamente proibido qualquer ato de retaliação, sanção ou constrangimento a qualquer colaborador ou terceiro que expresse preocupações, reporte situações ou procure aconselhamento com relação a dúvidas e/ou possíveis violações às disposições do Código de Conduta Ética e das Políticas Internas. A Companhia adotará as medidas que entender adequadas caso um colaborador ou terceiro, independentemente da função e cargo exercidos, exerça medida de retaliação sobre outro que, com honestidade e boa-fé, tenha reportado uma possível violação, ainda que posteriormente a suspeita de violação não se confirme.

- *órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

Eventuais investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Conduta Ética deverão ser realizadas pelo nosso Comitê de *Compliance*, cujas atribuições, bem como tratamento de apuração de denúncias estão descritas em nosso Código de Conduta Ética. Dependendo da complexidade da alegação, pode ser recomendada pelo Comitê de *Compliance* a contratação de serviços especializados para avaliar a veracidade dos fatos relatados na denúncia e levantar documentos comprobatórios aplicáveis. O resultado da investigação será apresentado ao Conselho de Administração para a tomada das decisões aplicáveis e o resultado das apurações reportado ao Comitê de Auditoria.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A realização de operações de aquisição e/ou reestruturações societárias, constituição de consórcios ou qualquer negócio equivalente por parte da Companhia deverá ser precedido de auditoria legal específica para verificar a eventual existência de irregularidades ou riscos envolvendo as sociedades envolvidas, contando também com eventual assessoria legal externa, se necessário, com o intuito de obter um *valuation* e mapear os eventuais riscos aos quais tais sociedades estariam expostas. Os assessores jurídicos e financeiros também auxiliam na recomendação de estrutura de operação mais adequada para cada processo envolvendo a Companhia.

O departamento responsável pela condução da operação deverá reunir-se com o Responsável pelo Compliance e com o Comitê de Compliance para definição dos parâmetros a serem observados nestes casos.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme detalhado neste item 5.4, possuímos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública que entendemos adequadas ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia, tampouco alterações na política de gerenciamento de riscos, no último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.6 - Outras informações relevantes**

I. De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de junho de 2021, os Riscos de Mercado, tal qual os demais riscos gerenciados por tal Política, são monitorados, classificados e relatados à Administração da Companhia, que buscará as ações adequadas para sua mitigação/eliminação.

(a) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia visa a estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos. O gerenciamento de riscos da Companhia é composto por 4 (quatro) etapas: (i) comunicação e consulta; (ii) estabelecimento do contexto; (iii) processo de avaliação de riscos; e (iv) tratamento.

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos para os quais buscamos proteção, incluindo riscos de mercado, estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual estamos expostos e que possa impactar negativamente o alcance de nossos objetivos e de geração de valor conforme nosso plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam: risco de câmbio e risco de taxa de juros.

Com relação aos riscos de mercado, são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

Outro risco de mercado está relacionado à elevação das taxas de juros, que podem impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos pela Companhia, como também o custo de seu endividamento atual, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não possui uma política formal de contratação de instrumentos financeiros derivativos, mas podemos utilizar derivativos, dentro dos limites aprovados pela nossa Administração, com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia pode operar instrumentos financeiros com objetivo de proteção patrimonial, se necessário.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia não possui parâmetros formais para o gerenciamento dos riscos aos quais está exposta, pois entende que a baixa complexidade de tais riscos permite seu adequado gerenciamento sem uma formalização de critérios objetivos específicos. Não obstante, a companhia realiza um acompanhamento periódico de sua estrutura patrimonial, considerando, entre outros fatores, o índice de estrutura patrimonial (passivo circulante acrescido do passivo não circulante, dividido pelo ativo total) e o índice de endividamento (passivo circulante acrescido do passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido), a fim de antecipar-se a quaisquer alterações relevantes ou riscos.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos especulativos, mas somente instrumentos financeiros para fins de proteção patrimonial.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia foi recentemente implementada para fins de adequação às regras do segmento de listagem Novo Mercado da B3, seguindo os princípios adotados por normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, como a ISO 31000:2009, a fim de avaliar e monitorar os riscos estratégicos, operacionais, de conformidade, cibernéticos, financeiros de imagem e socioambientais aos quais a Companhia está exposta, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, consequentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para mitigar sua materialização, conforme descrita na Seção 5.1(b) deste Formulário de Referência.

O gerenciamento desses riscos é realizado pelo Comitê de Auditoria não estatutário criado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de maio de 2021. O Comitê de Auditoria é responsável pela supervisão da gestão de riscos da Companhia, por opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia; avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; acompanhar as atividades da auditoria interna da Companhia; avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; reportar periodicamente as suas atividades à administração ao Conselho de Administração; avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, bem como possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos. Atuam, em conjunto com o Comitê de Auditoria, o Comitê de *Compliance*, os Gestores das Áreas de Negócio, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia.

Para mais informações a respeito das responsabilidades específicas e estrutura hierárquica de nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, veja a Seção 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência.

(b) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que a estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificar a efetividade do gerenciamento dos riscos de mercado e sempre que necessário a Companhia revisará os códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

II. A Companhia informa que realiza testes de invasão aos seus sistemas conduzido por empresas especialistas em segurança da informação, buscando identificar e tratar vulnerabilidades que possibilitem ataques através de hackers aos sistemas da Companhia. Neste sentido, a Companhia realizou seu Security Program Review no 1º trimestre de 2021, executando uma completa revisão de segurança de todos os seus processos e infra-estruturas, executado pela consultoria norte-americana AON Cyber Solutions ("AON"). Dentre uma série de ações executadas pela AON, vale destacar o teste de vulnerabilidade externa, que não identificou vulnerabilidades críticas. Após finalizada a revisão conduzida pela AON, foi estabelecido o Security Program da Desktop, com uma série de ações em andamento, onde vale destacar:

- (a) A Desktop contratará um parceiro para verificar e realizar testes periódicos de penetração de terceiros e aplicar as ações de mitigação de segurança mais importantes até Outubro/2021;
- (b) A Desktop contratará um seguro para perda de dados e incidentes de privacidade até outubro de 2021;
- (c) A Desktop contratará ou comprará um Software IDS e IPS para detectar e prevenir intrusões até novembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

As informações financeiras apresentadas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e informações financeiras intermediárias consolidadas auditadas relativas aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board* – IASB. As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades da Companhia, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar a evolução dos resultados, patrimonial e fluxo de caixa ao longo dos exercícios/períodos.

Os termos "AH" e "AV" constantes de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha de nossas demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha (i) em relação a Receita Líquida de Serviços para os exercícios/períodos aplicáveis, quando da análise das demonstrações dos resultados; ou (ii) em relação ao total do ativo e/ou total do passivo e patrimônio líquido, nas respectivas datas, quando da análise do balanço patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios para os próximos doze meses e cumprir com seus passivos de curto prazo. Os Diretores entendem que a geração de caixa operacional da Companhia, juntamente com recursos de terceiros disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios para os próximos doze meses.

Os Diretores apresentam abaixo informações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e em 31 de março de 2021 e 2020, conforme tabelas abaixo:

Em milhares de reais, exceto %	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Lucro líquido	5.274	1.565	26.593	21.831	6.073
Receita líquida de serviços	57.644	35.045	167.086	113.611	66.566
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	23.150	19.341	87.686	47.322	24.275
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾ (%)	40%	55%	52%	42%	36%

(1) Corresponde ao EBITDA Ajustado na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) Corresponde à Margem EBITDA Ajustada na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, a Receita Líquida de Serviços da Companhia aumentou em 64% em relação ao mesmo período de 2020, enquanto o Lucro Líquido aumentou em 237% nesse mesmo período. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação na Receita Líquida de Serviços ocorreu principalmente pelo aumento das vendas do serviço de banda larga como consequência (i) crescente demanda por conectividade de qualidade no mercado nacional, (ii) expansão territorial da Companhia para áreas adjacentes à operação. O Lucro Líquido, por sua vez, teve impactado tanto do aumento da receita líquida como também das demais linhas que compõe o resultado financeiro da Companhia.

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, o EBITDA Ajustado da Companhia aumentou em 20% em relação ao mesmo período de 2020, porém com redução de Margem EBITDA Ajustada com relação ao mesmo período de 2021. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação positiva no EBITDA Ajustado ocorreu em razão dos fatores mencionados acima que impactaram a Receita Líquida de Serviços da Companhia. Já a redução de margem entre os períodos deve-se, na opinião dos Diretores da Companhia, ao crescimento acelerado da Companhia e grande quantidade de novos projetos em maturação que afetaram tanto custos de interconexão e meios de conexão, quanto despesas comerciais em preparação para o aumento das vendas previsto para os próximos meses de 2021. Despesas com pessoal também tiveram incremento entre 31 de março de 2021 e o mesmo período de 2020 para adequar o nível de gerencial da Companhia frente ao crescimento acelerado, e deverão ser diluídas com o crescimento esperado para o exercício de 2021.

Considerando o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a Receita Líquida de Serviços e o Lucro Líquido foram de R\$ 167,1 milhões e R\$ 26,6 milhões, respectivamente, representando um aumento de 47% na Receita Líquida de Serviços e um aumento de 22% no Lucro Líquido quando comparados ao mesmo ao exercício anterior. Na opinião dos Diretores da Companhia, estes impactos positivos se devem principalmente em razão de alta demanda por banda larga em fibra ótica no mercado doméstico impulsionada as necessidades individuais da população em estarem conectadas com um serviço estável e de qualidade.

Considerando o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 87,7 milhões representando um aumento de 85% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A Margem EBITDA Ajustada, por sua vez, foi de 52%, impactada positivamente em 11 pontos percentuais quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Na opinião dos Diretores da Companhia, estes impactos positivos se devem principalmente em razão dos ganhos de escala proporcionados pelo crescimento da Receita Líquida de Serviços em R\$ 53,5 milhões, ou 47,1%, em comparação com o exercício de 2019, enquanto os custos de serviços prestados da Companhia cresceram R\$ 5,4 milhões, ou 11%, quando comparado com o ano de 2019.

Em milhares de reais	Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de		
		2020	2019	2018
Dívida Bruta	387.788	201.919	35.838	28.042
Dívida Líquida ¹	173.188	120.267	21.927	22.499

(1) Corresponde à Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em relação ao perfil do endividamento, nota-se que o índice de endividamento total (representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido) foi de 2,9x, 2,5x, 1,0x e 1,1x em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente. A variação entre 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, assim como entre 31 de dezembro de 2020 e 2019 é reflexo da emissão de debêntures e obtenção de empréstimos e financiamentos de longo prazo para suportar o crescimento orgânico da Companhia.

Em 31 de março de 2021, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 261.597 mil, superior em R\$ 123.399 mil ao passivo circulante de R\$ 138.198 mil, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 1,9x.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 119.360 mil, superior em R\$ 18.174 mil ao passivo circulante de R\$ 101.186 mil, representando um índice de liquidez corrente de 1,2x, comparativamente a 0,9x e 0,9x no mesmo período de 2019 e 2018, respectivamente.

b. Estrutura de capital possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Diretoria da Companhia acredita que a estrutura de capital da Companhia em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 era adequada para atender as demandas e necessidades das operações e continuar a execução do seu plano de crescimento, na proporção apresentada na tabela abaixo:

Em milhares de reais, exceto %	Em 31 março de 2021	Em 31 de dezembro de		
		2020	2019	2018
Dívida Bruta	387.788	201.919	35.838	28.042
Dívida Líquida (A)	173.188	120.267	21.927	22.499
Patrimônio Líquido (B)	182.209	115.223	63.601	35.924
Capital total (A+B)	355.397	235.490	85.528	58.423
Percentual de capital de terceiros (A) / (A+B)	49%	51%	26%	39%
Percentual de capital Próprio (B) / (A+B)	51%	49%	74%	61%

Nota-se, portanto, que, apesar do aumento da dívida líquida de R\$ 22,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 173,2 milhões em 31 de março de 2021, a proporção de capital de terceiros em relação ao capital total da Companhia foi alterada em 10 pontos percentuais.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme mencionado nos itens 10.1(a) e 10.1(b) acima e considerando a capacidade de geração de caixa operacional da Companhia e do acesso à captação de recursos de terceiros, os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia tenha plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data desde Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os Diretores da Companhia entendem que as principais fontes de financiamento utilizadas para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes foram provenientes de: (i) geração de caixa das atividades operacionais da Companhia e (ii) empréstimos e financiamentos e debentures captados junto a instituições financeiras.

Conforme mencionado no item 10.1(c), os Diretores da Companhia acreditam que as fontes de financiamento junto a terceiros estão adequadas à capacidade de geração de caixa das atividades operacionais e do perfil de endividamento da Companhia, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes, sempre preservando a capacidade de pagamento da Companhia.

Os empréstimos e financiamentos e debentures em aberto em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 estão detalhados abaixo no item abaixo 10.1(f) deste Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A principal fonte de recurso para as nossas necessidades de capital que pretendemos utilizar no curso regular dos nossos negócios é o nosso caixa operacional. Os Diretores da Companhia acreditam que essas disponibilidades são suficientes para atender as nossas necessidades regulares de capital pelos próximos 12 meses. No entanto, para continuarmos a expansão territorial pretendida para nossa operação poderemos fazer uso de linhas de crédito e financiamento.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Os Diretores da Companhia reportaram que, em 31 de março de 2021, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debentures da nossa Companhia era de R\$ 387,8 milhões (comparativamente a R\$ 201,9 milhões em 31 dezembro de 2020).

A dívida líquida é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante somada as debentures emitidas, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, tendo sido de R\$ 173,2 milhões em 31 de março de 2021 (comparativamente a R\$ 120,3 milhões em 31 dezembro de 2020), conforme apresentado no item 3.2 desse Formulário de Referência.

Em 31 de março de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas subsidiárias junto a instituições financeiras considerados relevantes pela Administração da Companhia estão demonstrados a seguir.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela abaixo demonstra a abertura dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia em 31 de março de 2021:

Dívida	Modalidade	Juros Contrato	Saldo em 31/3/2021 ⁽³⁾	Vencimento	Garantia ⁽⁴⁾
Itaú Unibanco	CCB	CDI+4,5%	40.023	Set/25	Sim
BBM	CCB	CDI+4,5%	9.108	Set/25	Sim
Votorantim	CCB	CDI+4,5%	30.037	Set/23	Sim
Santander	CCB	CDI+4,0%	75.008	Set/26	Sim
Uniprime ⁽¹⁾	CCB	6,17%	1.147	Out/22	Sim
Uniprime	CCB	6,17%	1.340	Jul/22	Sim
Uniprime	CCB	6,17%	1.345	Out/21	Sim
Uniprime	CCB	6,18%	5.037	Mar/24	Não
Uniprime	CCB	6,18%	5.000	Mar/24	Sim
Uniprime	CCB	6,18%	6.300	Mar/24	Sim
Banco do Brasil	CCB	8,73%	9.170	Mar/24	Sim
1ª Emissão Debêntures ⁽²⁾	Deb. 476	CDI+3,6%	191.498	Mar/27	Sim
BBM (Netell)	CCB	CDI+4,5%	10.073	Dez/25	Sim
Bradesco (Netion)	CCB	17,34%	788	Fev/22	Sim
Sicoob (Netell)	CCB	7,25%	488	Abr/24	Não
Financiamento de Veículos	CCB	8,88%	1.426	Fev/22	Não
Total	387.788				

⁽¹⁾ Uniprime Norte do Paraná – Cooperativa de Crédito Ltda.

⁽²⁾ Para maiores informações a respeito da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia vide Seção 18.5 deste Formulário de Referência (Descrição dos outros valores mobiliários emitidos).

⁽³⁾ Em milhares de reais.

⁽⁴⁾ As garantias incluem aval, cessão fiduciária de direitos creditórios, nota promissória, entre outras.

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Em 31 de março de 2021, a Companhia não possuía outras operações de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas referidas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas:

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de março de 2021 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

A Companhia é parte como tomadora em contratos de empréstimos e financiamentos evidenciadas no item 10.1(f) acima e, portanto, no contexto de tais financiamentos, está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas.

Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia e incluem cláusulas de vencimento antecipado nas hipóteses de: (i) alteração de controle direto ou indireto da Companhia ou do respectivo avalista (conforme o caso); (ii) reorganizações societárias (como, por exemplo, fusão, cisão, incorporação, entre outras), sem anuência prévia do credor; (iii) *cross default*, ou seja, caso a Companhia e/ou qualquer controlada inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de outras cédulas, outros contratos, empréstimos; (iv) inadimplência em transações com instituições financeiras; entre outras.

Cláusulas contratuais restritivas (covenants):

- Itaú Unibanco S.A.:

A CCB do Banco Itaú prevê, dentre outras, as seguintes hipóteses de vencimento antecipado: (i) se ocorrer qualquer processo de reorganização societária ou de alteração de controle, direto ou indireto, em que o Cliente esteja envolvido, exceto se tal reorganização societária ou de alteração de controle não resulta na alteração do(s) atua(is) controladores indiretos do Cliente ou dos Devedores Solidários; e (ii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da CCB ou de qualquer instrumento celebrado pelo Cliente com o Itaú ou com qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. A Companhia deve observar, ainda, o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA, o qual deve ser menor ou igual a dois.

- Banco Bocom BBM S.A.:

As CCBs celebradas com o BBM preveem, dentre outras, as seguintes cláusulas de vencimento antecipado e *cross default*: (i) se o(a) Emitente e/ou o(s) Avalista(s) e/ou Afiliadas do(a) Emitente e/ou do(s) Avalista(s) tiver(em) alguma mudança no controle acionário, entendido para estes fins como qualquer evento em que um indivíduo, sociedade ou ente, seja personalizado ou não, passe a ou deixe de, a partir da presente data: (i) possuir, direta ou indiretamente e/ou se beneficiar de ações, cotas ou qualquer título(s) representativo(s) de pelo menos 50% do capital social de uma sociedade; ou (ii) ter poderes para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade, sua administração ou sua política interna, ou ainda determinar a maioria de votos nas deliberações da sociedade ou na eleição de seus administradores, diretores e executivos; e (ii) inadimplemento do(a) Emitente e/ou do(s) Avalista(s) das obrigações, financeiras ou não, previstas na CCB ou em qualquer outra Cédula de Crédito Bancário que tenha sido emitida em favor do Banco ou em qualquer contrato que o(a) Emitente e/ou o(s) Avalista(s) e/ou quaisquer sociedades por eles controladas tenham celebrado com o Banco e/ou com sociedades que lhe sejam ligadas, coligadas, que sejam por ele controladas ou sejam suas controladoras.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Banco Votorantim:

A CCB do Banco Votorantim dispõe, dentre outras, as seguintes hipóteses de vencimento antecipado: (a) modificação na composição do capital social do Emitente, de qualquer Avalista ou de qualquer dos Terceiros Garantidores, bem como qualquer alteração, transferência ou cessão de seu controle societário, direto ou indireto, ou ainda, a ocorrência de incorporação, fusão ou cisão do Emitente, de qualquer Avalista ou de qualquer dos Terceiros Garantidores, exceto se tal modificação na composição do capital, alteração ou transferência de controle ou incorporação, fusão ou cisão não resultar na alteração do(s) atual(is) controladores indiretos do Emitente ou dos Avalistas ou dos Terceiros Garantidores e não implique a transferência substancial, a critério do Banco, de ativos do Emitente, dos Avalistas ou dos Terceiros Garantidores; (b) inadimplemento, pelo Emitente, pelos Avalistas e/ou pelos Terceiros Garantidores, desde que não seja sanado no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da data do inadimplemento, de qualquer obrigação assumida (i) na CCB; (ii) nos instrumentos firmados para a formalização das Garantias Adicionais; (iii) em outros instrumentos relacionados à presente operação de crédito; ou (iv) em qualquer outro contrato, acordo ou instrumento de crédito celebrado, ou que venha a ser celebrado, com o Banco, (c) *cross default*: verificação de inadimplência ou decretação de vencimento antecipado de qualquer outro contrato financeiro que o Emitente, qualquer Avalista ou qualquer Terceiro Garantidor tenha celebrado (i) com quaisquer terceiros, em valor igual ou superior (individualmente ou de forma agregada) a R\$1.000.000,00; ou (ii) com o Banco e/ou com qualquer outra empresa coligada, controlada e/ou controladora, de forma direta ou indireta do Banco.

- Banco Santander:

A CCB do Banco Santander possui, dentre outras, as seguintes hipóteses de vencimento antecipado: (i) se a cliente e/ou a(s) avalista(s) infringirem ou não cumprirem, no todo ou em parte, qualquer cláusula ou condição da CCB; (ii) se a cliente e/ou o avalista tiverem o seu controle societário direto ou indireto transferido a terceiro ou vierem a ser incorporados, ou ocorrer a fusão, ou a transferência, seja por cisão ou por qualquer outra forma, de ativos operacionais para outra entidade sem que o Banco tenha manifestado, formalmente, a decisão de manter vigente esta cédula, antes de tal transferência; (iii) se a cliente e/ou o avalista e/ou quaisquer sociedades direto ou indiretamente ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pela cliente e/ou pelo avalista, inclusive no exterior, exceto as empresas investidas pelos Fundos de Investimento em Participação do grupo H.I.G. Capital e que não façam parte da composição acionária da cliente e as empresas eventualmente detidas por acionistas minoritários da cliente, inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de outras cédulas, outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com o próprio Banco e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras, ou controladas pelo Banco, inclusive no exterior. A Companhia deve observar, ainda, o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA, o qual deve ser menor ou igual a dois.

- Uniprime Norte do Paraná – Cooperativa de Crédito Ltda.:

As CCBs do Uniprime prevêm, dentre outras, as seguintes cláusulas de vencimento antecipado: (i) a falta de cumprimento de quaisquer obrigações legais decorrentes do contrato, inclusive quanto ao pagamento de parcela de débito, importa a antecipação do vencimento,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

se tornando desde logo exigível a totalidade do saldo devedor remanescente, incluídas as cominações e encargos, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial; e (ii) havendo inadimplência, pelo cooperado/mutuário com constituição em mora em outras operações perante à Cooperativa.

- Banco do Brasil:

Os contratos com o Banco do Brasil preveem, dentre outras, as seguintes hipóteses de vencimento antecipado: (i) descumprimento de qualquer das obrigações principais ou acessórias assumidas no instrumento de crédito, (ii) se, na vigência desta obrigação, houver transferência do controle do capital e/ou substituído qualquer um dos atuais dirigentes ou administradores, ou modificação do estatuto ou contrato social, sem expressa concordância do Banco do Brasil S.A., (iii) situações de mora ou inadimplemento em outra(s) operações mantida(s) junto ao Banco do Brasil S.A. ou qualquer uma de suas subsidiárias.

- Bradesco:

O contrato com o Banco Bradesco estabelece, dentre outras, as seguintes hipóteses de vencimento antecipado: (i) se a Emitente e/ou o(s) Avalistas inadimplir(em) quaisquer de suas obrigações; (ii) se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou da titularidade das quotas sociais da Emitente, bem como se houver a incorporação, fusão, cisão ou reorganização societária, sem que o Credor tenha sido notificado a esse respeito com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência do protocolo de movimentação societária, e sem que o Credor tenha concordado com ela por escrito.

- 1ª Emissão de Debêntures da Companhia:

Para maiores informações a respeito da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia vide Seção 18.5 deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia teve um aumento de endividamento que acarretou na quebra das obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao Banco Santander S.A. (cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$8.766.245,59), vez que ultrapassou o limite estabelecido no ano de 2019, mantendo-se excedido em 31 de dezembro de 2020. A dívida foi devidamente reclassificada para curto prazo sem demais penalidades que impactasse outras dúvidas, tendo sido quitada no processo de refinanciamento da dívida realizado no primeiro trimestre de 2021.

Na hipótese de ser efetivada a Oferta Pública Inicial, os atuais acionistas da Companhia terão suas respectivas participações societárias (a) diluídas, em razão da distribuição primária de ações; e (b) parcialmente alienadas, em razão da distribuição secundária de ações (se houver). Como consequência da referida redução de participação societária, o acionista controlador reduzirá a sua participação na Companhia a menos de 50% (cinquenta por cento) de seu capital social, sem que isso implique na alteração de controle direto ou indireto da Companhia.

Não obstante, como medida de cautela a fim de prevenir que a redução na participação societária do atual acionista controlador da Companhia acarrete em um potencial evento de vencimento antecipado de qualquer instrumento financeiro (ainda que, no nosso entendimento, não haja alteração de controle da Companhia), foram solicitadas, quando aplicável, e concedidas as dispensas (*waiver*) pelos respectivos credores com relação à potencial ocorrência de vencimento antecipado nos termos previstos em cada um dos referidos instrumentos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos no item acima.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, com as informações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

A seguir, são apresentados os valores relativos as demonstrações de resultado consolidado dos períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020 e dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PERÍODOS OS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE MARÇO DE 2020**

(R\$ mil, exceto %)	Período de três meses findo em 31 de março de 2021	AV	Período de três meses findo em 31 de março de 2020	AV	AH
Receita líquida de serviços	57.644	100%	35.045	100%	64%
Custo dos serviços prestados	(20.934)	-36%	(11.045)	-32%	90%
Lucro bruto	36.710	64%	24.000	68%	53%
Despesas gerais e administrativas	(12.510)	-22%	(8.298)	-24%	51%
Despesas comerciais	(6.333)	-11%	(1.308)	-4%	384%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(4.707)	-8%	(5.162)	-15%	-9%
Outras receitas (despesas), líquidas	238	0%	(5.054)	-14%	-105%
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	13.398	23%	4.178	12%	221%
Receitas (despesas) financeiras	(4.909)	-9%	(877)	-3%	460%
Receitas financeiras	950	2%	884	3%	7%
Despesas financeiras	(5.859)	-10%	(1.761)	-5%	233%
Resultado financeiro, líquido	(4.909)	-9%	(877)	-3%	460%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	8.489	15%	3.301	9%	157%
Imposto de renda e contribuição social ⁽¹⁾	(3.215)	-6%	(1.736)	-5%	85%
Lucro líquido do período	5.274	9%	1.565	4%	237%

⁽¹⁾ Esta linha considera os saldos de "Imposto de renda e contribuição social" e "Imposto de renda e contribuição social diferido".

Receita líquida de serviços

A receita líquida de serviços da Companhia no período de três meses findo em 31 de março de 2021 aumentou R\$ 22.599 mil, ou 64%, em relação ao mesmo período de 2020. Esse aumento reflete o aumento das vendas do serviço de banda larga como consequência (i) da alta demanda por conectividade do mercado nacional, (ii) expansão territorial da Companhia para áreas adjacentes à operação, passando de R\$ 35.045 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 57.644 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados da Companhia cresceu 90%, ou R\$ 9.889 mil, passando de R\$ 11.045 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 20.934 mil no mesmo período de 2021. Tal variação se justifica em razão do crescimento substancial da operação e rede da Companhia com impacto em rubricas como interconexão e meios de conexão, e que deverá ser acompanhado de um aumento de receita ao longo do exercício de 2021.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram R\$ 4.212 mil, ou 51%, passando de R\$ 8.298 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 12.510 mil no mesmo período de 2021 em função da contratação de administradores e adequação do nível gerencial da Companhia para fazer frente ao seu plano de expansão.

Despesas comerciais

As despesas comerciais da Companhia aumentaram R\$ 5.025 mil, ou 384%, passando de R\$ 1.308 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 6.333 mil no mesmo período de 2021 em função do incremento na força de vendas e despesas de marketing para fazer frente ao plano de vendas previsto para o exercício de 2021.

Outras receitas (despesas), líquidas

As outras despesas, líquidas da Companhia diminuíram R\$ 5.292 mil, passando de um saldo de despesas de R\$ 5.054 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, para um saldo de receita de R\$ 238 mil no mesmo período de 2021. A variação se deve às baixas de ativos realizada no período de 3 meses findos em março de 2020.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia variou em R\$ 4.032 mil, passando de uma despesa de R\$ 877 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, para uma despesa de R\$ 4.909 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2021, em função do aumento da linha de empréstimos e financiamentos entre os períodos.

Imposto sobre a renda e da contribuição social

Os impostos sobre a renda e contribuição social aumentaram R\$ 1.479 mil, passando de R\$ 1.736 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, para R\$ 3.215 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2021. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do Lucro antes do imposto de renda e contribuição social em relação ao exercício de março de 2020, o que resultou em um aumento no valor a ser pago de Imposto de renda.

Lucro líquido do período

O lucro líquido da Companhia aumentou R\$ 3.709 mil, passando de R\$ 1.565 mil no período de três meses findo em março de 2021, para R\$ 5.274 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2021, em razão dos fatores acima expostos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO RELATIVAS AO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO RELATIVAS AO PERÍODO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020	AV	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
Receita líquida de serviços	167.086	100%	113.611	100%	47%
Custo dos serviços prestados	(54.343)	-33%	(48.908)	-43%	11%
Lucro bruto	112.743	67%	64.703	57%	74%
Despesas gerais e administrativas	(35.211)	-21%	(13.157)	-12%	168%
Despesas comerciais	(11.060)	-7%	(4.014)	-4%	176%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(15.167)	-9%	(8.729)	-8%	74%
Outras receitas (despesas), líquidas	(3.791)	-2%	(4.939)	-4%	-23%
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	47.514	28%	33.864	30%	40%
Receitas (despesas) financeiras	(8.194)	-5%	(4.962)	-4%	65%
Receitas financeiras	3.404	2%	2.582	2%	32%
Despesas financeiras	(11.598)	-7%	(7.544)	-7%	54%
Resultado financeiro, líquido	(8.194)	-5%	(4.962)	-4%	65%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	39.320	24%	28.902	25%	36%
Imposto de renda e contribuição social ⁽¹⁾	(12.727)	-8%	(7.071)	-6%	80%
Lucro líquido do exercício	26.593	16%	21.831	19%	22%

⁽¹⁾ Esta linha considera os saldos de "Imposto de renda e contribuição social" e "Imposto de renda e contribuição social diferido".

Receita Líquida de Serviços

A receita líquida de serviços da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 aumentou R\$ 53.475 mil, ou 47%, em relação ao mesmo período de 2019, passando de R\$ 113.611 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 167.086 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento reflete a alta demanda por banda larga em fibra ótica no mercado doméstico como consequência de necessidades individuais da população em estarem conectadas com um serviço estável e de qualidade.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados da Companhia cresceu 11%, ou R\$ 5.435 mil, passando de R\$ 48.908 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 54.343 mil no mesmo período de 2020. A variação se justifica em razão da eficiência em custos de manutenção e operação, e ao aumento de custos nas rubricas como interconexão e meios de conexão em relação ao aumento substancial na receita da Companhia.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram R\$ 22.054 mil, ou 168%, passando de R\$ 13.157 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 35.211 mil no mesmo período de 2020 em função da contratação de administradores e adequação do nível gerencial da Companhia para fazer frente ao seu plano de expansão. Ainda no exercício de 2020, a Companhia incorreu em comissões e despesas extraordinárias evidenciadas na rubrica honorários de especialistas em serviços não recorrentes. Tais despesas são relacionadas a (i) aquisição de participação societária na Companhia pelo Makalu Brasil Partners I J – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, (ii) operações de M&A e, (iii) despesas relacionadas a contratos de serviço de consultoria com partes relacionadas, rescindidos no momento deste Formulário de Referência.

Despesas comerciais

As despesas comerciais da Companhia aumentaram R\$ 7.046 mil, ou 176%, passando de R\$ 4.014 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para um resultado negativo de R\$ 11.060 mil no mesmo período de 2020 em função do crescimento dos times de venda e comissões de venda dado incremento de adição bruta, despesas de marketing e o novo posicionamento da companhia.

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

A perda por redução ao valor recuperável de contas a receber da Companhia aumentou R\$ 6.438 mil, ou 74%, passando de R\$ 8.729 mil no período findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 15.167 mil no mesmo período de 2020, em função do crescimento acelerado da Companhia e das aquisições realizadas no exercício de 2020.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia variou em R\$ 3.232 mil, passando de um resultado negativo de R\$ 4.962 mil no exercício de 31 de dezembro de 2019 para um resultado negativo de R\$

8.194 mil no exercício de 31 de dezembro de 2020 em função do aumento de empréstimos e financiamentos incorridos no exercício de 2020 e os custos financeiros atrelados.

Imposto sobre a renda e da contribuição social

Os impostos sobre a renda e contribuição social aumentaram 80%, passando de R\$ 7.071 mil no exercício de 31 de dezembro de 2019 para R\$ 12.727 mil no mesmo período de 2020. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do Lucro antes do imposto de renda e contribuição social em cerca de 36% em relação ao ano de 2019, o que resultou em um aumento no valor a ser pago de Imposto de renda.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Lucro líquido do período***

O lucro líquido da Companhia aumentou R\$ 4.762 mil, ou 22%, passando de R\$ 21.831 mil em dezembro de 2019 para R\$ 26.593 mil em 2020, em razão dos fatores acima expostos.

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019	AV	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
Receita líquida de serviços	113.611	100%	66.566	100%	71%
Custo dos serviços prestados	(48.908)	-43%	(35.287)	-53%	39%
Lucro bruto	64.703	57%	31.279	47%	107%
Despesas gerais e administrativas	(13.157)	-12%	(16.471)	-25%	-20%
Despesas comerciais	(4.014)	-4%	(2.046)	-3%	96%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(8.729)	-8%	(7.048)	-11%	24%
Outras receitas (despesas), líquidas	(4.939)	-4%	6.808	10%	-173%
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	33.864	30%	12.522	19%	170%
Receitas (despesas) financeiras	(4.962)	-4%	(8.043)	-12%	-38%
Receitas financeiras	2.582	2%	1.798	3%	44%
Despesas financeiras	(7.544)	-7%	(9.841)	-15%	-23%
Resultado financeiro, líquido	(4.962)	-4%	(8.043)	-12%	-38%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	28.902	25%	4.479	7%	545%
Imposto de renda e contribuição social ⁽¹⁾	(7.071)	-6%	1.594	2%	-544%
Lucro líquido do exercício	21.831	19%	6.073	9%	259%

⁽¹⁾ Esta linha considera os saldos de "Imposto de renda e contribuição social" e "Imposto de renda e contribuição social diferido".

Receita Líquida de Serviços

A receita líquida de serviços da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 aumentou R\$ 47.045 mil, ou 71%, em relação ao mesmo período de 2018, passando de R\$ 66.566 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 113.611 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento reflete a alta demanda por banda larga em fibra ótica no mercado doméstico.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados da Companhia cresceu 39%, ou R\$ 13.621 mil, passando de R\$ 35.287 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para de R\$ 48.908 mil no mesmo período de 2019. As rubricas de custos variáveis em relação à receita como interconexão e meios de conexão foram impactadas pelo aumento substancial na receita da Companhia.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia diminuíram R\$ 3.314 mil, ou 20%, passando de R\$ 16.471 mil no exercício de 31 de dezembro de 2018 para R\$ 13.157 mil no mesmo período de 2019 em decorrência de eficiências operacionais.

Despesas comerciais

As despesas comerciais da Companhia aumentaram R\$ 1.968 mil, ou 96%, passando de R\$ 2.046 mil no exercício de 31 de dezembro de 2018 para R\$ 4.014 mil no mesmo período de 2019, em função do crescimento da Companhia no período.

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

A perda por redução ao valor recuperável de contas a receber da Companhia aumentou R\$ 1.681 mil, passando de R\$ 7.048 mil no exercício de 31 de dezembro de 2018 para R\$ 8.729 mil no mesmo período de 2019 em função do crescimento da Companhia no período.

Outras receitas (despesas)

As outras receitas (despesas), da Companhia diminuíram R\$ 11.747 mil, passando de uma receita de R\$ 6.808 mil, no exercício de 31 de dezembro de 2018 para uma despesa de R\$ 4.939 mil no mesmo período de 2019 em função do evento pontual de baixas do contas a pagar entre partes relacionadas que foram incorporadas.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia variou em R\$ 3.081 mil, passando de um resultado negativo de R\$ 8.043 mil no exercício de 31 de dezembro de 2018 para um resultado negativo de R\$ 4.962 mil no mesmo período de 2019. R\$ 2.297 mil se referem a menores despesas financeiras e R\$ 784 mil se referem a maiores receitas financeiras.

Imposto sobre a renda e da contribuição social

Os impostos sobre a renda e contribuição social aumentaram R\$ 8.665 mil, passando de um resultado positivo de R\$ 1.594 mil no exercício de 31 de dezembro de 2018 para um resultado negativo de R\$ 7.071 mil no mesmo período de 2019. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do Lucro antes do imposto de renda e contribuição social em relação ao ano de 2018.

Lucro líquido do período

O lucro líquido da Companhia aumentou R\$ 15.758 mil, passando de um lucro líquido de R\$ 6.073 mil no exercício de 31 de dezembro de 2018 para um lucro de R\$ 21.831 mil no mesmo período de 2019, em razão dos fatores acima expostos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇOS PATRIMONIAIS****COMPARAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA COMPANHIA EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

A tabela a seguir apresenta os componentes do balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

(R\$ mil, exceto %)	Em 31 de março de 2021	AV	Em 31 de dezembro de 2020	AV	AH
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	107.760	15%	54.941	14%	96%
Aplicações financeiras	104.964	15%	24.835	6%	323%
Contas a receber de clientes	35.066	5%	29.254	7%	20%
Impostos a recuperar	8.604	1%	6.208	2%	39%
Imposto de renda e contribuição social	2.027	0%	2.053	1%	-1%
Outros ativos	3.176	0%	2.069	1%	54%
Total do ativo circulante	261.597	37%	119.360	30%	119%
Não circulante					
Aplicações financeiras	1.876	0%	1.876	0%	0%
Depósitos judiciais	606	0%	598	0%	1%
Impostos a recuperar	17.737	2%	11.558	3%	53%
Imposto de renda e contribuição social diferido	33.523	5%	0	0%	0%
Outros créditos	501	0%	93	0%	439%
Outros ativos	4.232	1%	5.605	1%	-24%
Imobilizado	327.696	46%	219.814	54%	49%
Direito de uso	11.391	2%	8.271	2%	38%
Intangível	53.898	8%	37.403	9%	44%
Total do ativo não circulante	451.460	63%	285.218	70%	58%
Total do ativo	713.057	100%	404.578	100%	76%

Em 31 de março de 2021, o total do ativo da Companhia apresentou um crescimento de 76%, ou R\$ 308.479 mil, em relação a 31 de dezembro de 2020.

Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia teve um aumento de R\$ 142.237 mil, passando de R\$ 119.360 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 261.597 mil em 31 de março de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente devido ao aumento das rubricas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras que por sua vez são consequência dos recursos oriundos da captação de debêntures em março de 2021 para fazer frente à necessidade de investimento da Companhia ao longo do ano, e do crescimento de receita sustentável da Companhia entre os períodos mencionados, mantendo margens estáveis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 107.760 mil em 31 de março de 2021, representando um aumento de R\$ 52.819 mil ou 96,1%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$ 54.941 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência da captação de debêntures em março de 2021 para fazer frente à necessidade de investimento da Companhia ao longo do ano, e do crescimento de receita sustentável da Companhia entre os períodos mencionados, mantendo margens estáveis.

Aplicações financeiras

O saldo de aplicações financeiras totalizou R\$ 104.964 mil em 31 de março de 2021, representando um aumento de R\$ 80.129 mil ou 323%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$ 24.835 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência da captação de debêntures em março de 2021 para fazer frente à necessidade de investimento da Companhia ao longo do ano, e do crescimento de receita sustentável da Companhia.

Contas a receber clientes

O saldo do Contas a Receber Clientes totalizou R\$ 35.066 mil em 31 de março de 2021, representando um aumento de R\$ 5.812 mil ou 19,9%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$ 29.254 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do crescimento de receita da Companhia.

Outros ativos

O saldo dos outros ativos totalizou R\$ 3.176 mil em 31 de março de 2021, representando um aumento de R\$ 1.107 mil ou 54%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$ 2.069 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência: (i) da transferência de saldos do longo para o curto prazo; e (ii) do aumento das despesas antecipadas de comissões e suporte de assistência técnica de software e hardware.

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia aumentou R\$ 166.242 mil, passando de R\$ 285.218 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 451.460 mil em 31 de março de 2021 devido principalmente ao aumento da rubrica de imobilizado que reflete o aumento substancial de investimento em rede e aquisições quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Impostos a recuperar

O saldo dos impostos a recuperar totalizou R\$ 17.737 mil em 31 de março de 2021, representando um aumento de R\$ 6.179 mil ou 53%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$ 11.558 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do aumento do ICMS CIAP (Controle do Crédito do ICMS do Ativo Permanente) das novas aquisições de itens do imobilizado no trimestre.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Imposto de renda e contribuição social diferido***

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido totalizou R\$ 33.523 mil em 31 de março de 2021, versus R\$ 0 (zero) em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do registro do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a reserva especial de ágio na incorporação reversa da Santo Cristo ocorrida em 31 de março de 2021.

Outros créditos

O saldo dos outros créditos totalizou R\$ 501 mil em 31 de março de 2021, representando um aumento de R\$ 408 mil ou 439%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$ 93 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do registro das garantias recebidas das contingências na aquisição da Netion ocorrida em 28 de fevereiro de 2021

Outros ativos

O saldo dos outros ativos totalizou R\$ 4.232 mil em 31 de março de 2021, representando uma redução de R\$ 1.373 mil ou 24%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$ 5.605 mil. Essa redução ocorreu principalmente em decorrência da transferência de saldos para o curto prazo.

Imobilizado

O saldo do imobilizado totalizou R\$ 327.696 mil em 31 de março de 2021, representando um aumento de R\$ 107.882 mil ou 49,1%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$ 219.814 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do aumento substancial de investimento em rede e aquisições.

Direito de uso

O saldo do direito de uso totalizou R\$ 11.391 mil em 31 de março de 2021, representando um aumento de R\$ 3.120 mil ou 38%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$ 8.271 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência dos novos contratos de alugueis do 1º trimestre de 2021 e o reconhecimento dos contratos da Netion adquirida em 28 de fevereiro de 2021.

Intangível

O saldo do intangível totalizou R\$ 53.898 mil em 31 de março de 2021, representando um aumento de R\$ 16.495 mil ou 44%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$ 37.403 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência da contabilização do ágio referente à aquisição da controlada Netion.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(R\$ mil, exceto %)	Em 31 de março de 2021	AV	Em 31 de dezembro de 2020	AV	AH
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	69.851	10%	43.239	11%	62%
Fornecedores - Partes relacionadas	1.126	0%	1.126	0%	0%
Empréstimos e financiamentos	27.598	4%	29.970	7%	-8%
Obrigações sociais e trabalhistas	10.120	1%	7.697	2%	31%
Obrigações tributárias	17.892	3%	10.746	3%	66%
Parcelamentos de tributos	3.753	1%	0	0%	0%
Imposto de renda e contribuição social	3.501	0%	2.432	1%	44%
Passivo de arrendamento	1.461	0%	974	0%	50%
Outras obrigações	2.896	0%	5.002	1%	-42%
Total do passivo circulante	138.198	19%	101.186	25%	37%
Não circulante					
Fornecedores - Partes relacionadas	8.754	1%	6.604	2%	33%
Empréstimos e financiamentos	168.692	24%	171.949	42%	-2%
Debêntures	191.498	27%	0	0%	0%
Imposto de renda e contribuição social diferido	0	2%	1.258	0%	-100%
Parcelamentos de tributos	11.320	0%	0	0%	0%
Passivo de arrendamento	10.852	2%	8.010	2%	35%
Provisões para contingências	756	0%	348	0%	117%
Outras obrigações	778	0%	0	0%	0%
Total do passivo não circulante	392.650	55%	188.169	46%	109%
Total do passivo	530.848	74%	289.355	72%	83%
Total do patrimônio líquido	182.209	26%	115.223	28%	58%
Total do passivo e do patrimônio líquido	713.057	100%	404.578	100%	76%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de março de 2021 o total do passivo da Companhia apresentou um crescimento de 83%, ou R\$ 241.493 mil, em relação a 31 de dezembro de 2020.

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia aumentou R\$ 37.012 mil, passando de R\$ 101.186 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 138.198 mil em 31 de março de 2021. Essa variação deu-se em principalmente em decorrência do aumento da rubrica de fornecedores.

Fornecedores

O saldo de fornecedores totalizou R\$ 69.851 mil em 31 de março de 2021, representando um aumento de R\$ 26.612 mil ou 62%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$ 43.239 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do plano de Investimento da companhia e aumento de prazo de pagamento com os fornecedores.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R\$ 27.598 mil em 31 de março de 2021, representando uma redução de R\$ 2.372 mil ou 8%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$ 29.970 mil. Essa redução ocorreu principalmente em decorrência do alongamento da dívida (transferência para o longo prazo) e da liquidação de empréstimos e financiamentos durante o período.

Obrigações sociais e trabalhistas

O saldo de obrigações sociais e trabalhistas totalizou R\$ 10.120 mil em 31 de março de 2021, representando um aumento de R\$ 2.423 mil ou 31%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$ 7.697 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do registro dos saldos da aquisição Netion em 28 de fevereiro de 2021 e suas movimentações até 31 de março de 2021.

Obrigações tributárias

O saldo de obrigações tributárias totalizou R\$ 17.892 mil em 31 de março de 2021, representando um aumento de R\$ 7.146 mil ou 66%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$ 10.746 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do aumento do saldo de impostos a pagar sobre o faturamento e registro dos saldos contábeis de tributos da controlada Netion, adquirida em 28 de fevereiro de 2021.

Parcelamentos de tributos

O saldo de parcelamentos de tributos totalizou R\$ 3.753 mil em 31 de março de 2021, versus 0 (zero) em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do registro de saldo da controlada Netion adquirida em 28 de fevereiro de 2021 e suas movimentações até 31 de março de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social

O saldo do imposto de renda e contribuição social totalizou R\$ 3.501 mil em 31 de março de 2021, representando um aumento de R\$ 1.069 mil ou 44%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$ 2.432 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do registro de IRPJ/CSLL trimestral a pagar.

Passivo de arrendamento

O saldo do passivo de arrendamento totalizou R\$ 1.461 mil em 31 de março de 2021, representando um aumento de R\$ 487 mil ou 50%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$ 974 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência da contabilização dos saldos referentes à aquisição da controlada Netion e registro de novos contratos da Desktop.

Outras obrigações

O saldo de outras obrigações totalizou R\$ 2.896 mil em 31 de março de 2021, representando uma redução de R\$ 2.106 mil ou 42%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$ 5.002 mil. Essa redução ocorreu principalmente em decorrência do pagamento da segunda parcela de aquisição ao antigo acionista da controlada ISSO.

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia aumentou R\$ 204.481 mil, passando de R\$ 188.169 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 392.650 mil em 31 de março de 2021. Essa variação deu-se, principalmente, em função da captação de debêntures em março de 2021 para fazer frente a necessidade de investimento da Companhia ao longo de 2021.

Fornecedores – partes relacionadas

O saldo de fornecedores totalizou R\$ 8.754 mil em 31 de março de 2021, representando um aumento de R\$ 2.150 mil ou 33%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$ 6.604 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do reconhecimento das parcelas da aquisição da controlada Netion, ocorrida em 28 de fevereiro de 2021.

Debêntures

O saldo das debêntures totalizou R\$ 191.498 mil em 31 de março de 2021, versus 0 (zero) em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu devido à captação de debêntures em março de 2021 para fazer frente à necessidade de investimento da Companhia ao longo do ano.

Parcelamento de tributos

O saldo de parcelamento de tributos totalizou R\$ 11.320 mil em 31 de março de 2021, versus 0 (zero) em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência registro do saldo de impostos parcelados da controlada Netion adquirida em 28 de fevereiro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo de arrendamento

O saldo do passivo de arrendamento totalizou R\$ 10.852 mil em 31 de março de 2021, representando um aumento de R\$ 2.842 mil ou 35%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$ 8.010 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência: (i) dos novos contratos de aluguéis do 1º trimestre de 2021; e (ii) do reconhecimento dos contratos da controlada Netion, adquirida em 28 de fevereiro de 2021.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia aumentou R\$ 66.986 mil, passando de R\$ 115.223 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 182.209 mil em 31 de março de 2021, principalmente em função das incorporações das holdings DSN, Santo Cristo e Deodoro.

COMPARAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

A tabela a seguir apresenta os componentes do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

ATIVO

(R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2020	AV	Em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	54.941	14%	8.560	7%	542%
Aplicações financeiras	24.835	6%	3.602	3%	589%
Contas a receber de clientes	29.254	7%	19.557	16%	50%
Impostos a recuperar	6.208	2%	4.336	3%	43%
Imposto de renda e contribuição social	2.053	1%	1.950	2%	5%
Outros ativos	2.069	1%	525	0%	294%
Total do ativo circulante	119.360	30%	38.530	31%	210%
Não circulante					
Aplicações financeiras	1.876	0%	1.749	1%	7%
Depósitos judiciais	598	0%	574	0%	4%
Impostos a recuperar	11.558	3%	5.956	5%	94%
Imposto de renda e contribuição social diferido	0	0%	1.069	1%	-100%
Outros créditos	93	0%	0	0%	0%
Outros ativos	5.605	1%	2.604	2%	115%
Imobilizado	219.814	54%	62.381	49%	252%
Direito de uso	8.271	2%	4.162	3%	99%
Intangível	37.403	9%	9.095	7%	311%
Total do ativo não circulante	285.218	70%	87.590	69%	226%
Total do ativo	404.578	100%	126.120	100%	221%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, o total do ativo da Companhia apresentou um crescimento de 221%, ou R\$ 278.458, mil em relação a 31 de dezembro de 2019.

Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia teve um aumento de R\$ 80.830 mil, passando de R\$ 38.530 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 119.360 mil em 31 de dezembro de 2020.

Esse aumento ocorreu principalmente em virtude do aumento na posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras que por sua vez demonstram o crescimento de receita sustentável da Companhia e a manutenção de margens estáveis entre os períodos mencionados.

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 54.941 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 46.381 mil ou 542%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 8.560 mil. Esse aumento ocorreu em decorrência: (i) do crescimento de receita; (ii) das captações de empréstimos e financiamentos ocorridas no exercício; e (ii) dos saldos bancários das controladas adquiridas entre os períodos mencionados.

Aplicações financeiras

O saldo de aplicações financeiras totalizou R\$ 24.835 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 21.233 mil ou 589%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 3.602 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência: (i) do crescimento de receita; e (ii) dos valores correspondentes à garantia de captações de empréstimos e financiamento, ocorridas no exercício mencionado.

Contas a receber clientes

O saldo do Contas a Receber Clientes totalizou R\$ 29.254 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 9.697 mil ou 50%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 19.557 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do crescimento de receita da Companhia.

Impostos a recuperar

O saldo dos impostos a recuperar totalizou R\$ 6.208 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 1.872 mil ou 43%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 4.336 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência: do aumento do crédito de ICMS (no montante de R\$ 4.264 mil), e da diminuição de créditos compensados (no montante de R\$ 2.392 mil).

Imposto de renda e contribuição social

O saldo do Imposto de renda e contribuição social totalizou R\$ 2.053 mil em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 103 mil ou 5%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 1.950 mil. Essa redução ocorreu principalmente em decorrência da realização de impostos a compensar na apuração anual do Impostos de renda e da Contribuição Social. (IR sobre aplicações financeiras e outros).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros ativos

O saldo dos outros ativos totalizou R\$ 2.069 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 1.544 mil ou 294%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 525 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência: (I) das variações das contas de adiantamentos salariais, 13º salário, férias, despesas antecipadas; e (ii) do registro dos saldos contábeis referente à aquisição da controlada Netell, em 30 de novembro de 2020.

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia aumentou R\$ 197.628 mil, ou 226%, passando de R\$ 87.590 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 285.218 mil em 31 de dezembro de 2020, em função do alto investimento em rede realizado pela Companhia ao longo de 2020 e que impactou significativamente a rubrica de imobilizado.

Aplicações financeiras (não circulante)

O saldo de aplicações financeiras (não circulante) totalizou R\$ 1.876 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 127 mil ou 7,3%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 1.749 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do crescimento de receita da Companhia.

Depósitos judiciais

O saldo dos depósitos judiciais totalizou R\$ 598 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 24 mil ou 4%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 574 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência: (I) de novos depósitos ao INSS; e (ii) do registro dos saldos contábeis referente à aquisição da controlada Netell, em 30 de novembro de 2020.

Impostos a recuperar

O saldo dos impostos a recuperar totalizou R\$ 11.558 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 5.602 mil ou 94%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 5.956 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do aumento do ICMS CIAP (Controle do Crédito do ICMS do Ativo Permanente) das novas aquisições de itens do imobilizado no ano.

Outros ativos

O saldo dos outros ativos totalizou R\$ 5.605 mil em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 3.001 mil ou 115%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 2.604 mil. Essa redução ocorreu principalmente em decorrência ao aumento do saldo da conta de despesas com comissões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Imobilizado***

O saldo do imobilizado totalizou R\$ 219.814 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 157.433 mil ou 252%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 62.381 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do alto investimento em rede realizado pela Companhia ao longo de 2020.

Direito de uso

O saldo do direito de uso totalizou R\$ 8.271 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 4.109 mil ou 99%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 4.162 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência dos novos contratos de aluguéis de 2020 e do reconhecimento dos contratos das controladas ISSO e Netell, adquiridas durante 2020.

Intangível

O saldo do intangível totalizou R\$ 37.403 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 28.308 mil ou 311%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 9.095 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência da contabilização do ágio referente à aquisição das controladas Netell e ISSO.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2020	AV	Em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	43.239	11%	10.814	9%	300%
Fornecedores - Partes relacionadas	1.126	0%	1.662	1%	-32%
Empréstimos e financiamentos	29.970	7%	20.766	16%	44%
Obrigações sociais e trabalhistas	7.697	2%	1.920	1%	301%
Obrigações tributárias	10.746	3%	6.264	5%	72%
Imposto de renda e contribuição social	2.432	1%	712	1%	242%
Passivo de arrendamento	974	0%	457	0%	113%
Outras obrigações	5.002	1%	815	1%	514%
Total do passivo circulante	101.186	25%	43.410	34%	133%
Não circulante					
Fornecedores - Partes relacionadas	6.604	2%	0	0%	0%
Empréstimos e financiamentos	171.949	43%	15.072	12%	1041%
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.258	0%	0	0%	0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo de arrendamento	8.010	2%	4.017	3%	99%
Provisões para contingências	348	0%	20	0%	1640%
Total do passivo não circulante	188.169	47%	19.109	15%	885%
Total do passivo	289.355	72%	62.519	50%	363%
Total do patrimônio líquido	115.223	28%	63.601	50%	81%
Total do passivo e do patrimônio líquido	404.578	100%	126.120	100%	221%

Em 31 de dezembro de 2020 o total do passivo da companhia apresentou um crescimento de 363%, ou R\$ 226.836 mil, em relação a 31 de dezembro de 2019.

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia aumentou 130%, ou R\$ 57.776 mil, passando de R\$ 43.410 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 101.186 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deu-se em decorrência do aumento no saldo de fornecedores em R\$ 32.425 mil (300% em relação a 2019) e pelo aumento na rubrica de empréstimos no valor de R\$ 9.204 mil.

Fornecedores

O saldo de fornecedores totalizou R\$ 43.239 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 32.425 mil ou 300%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 10.814 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do plano de expansão da companhia, o aumento está concentrado em fornecedores de produtos para aplicação na rede e instalação de clientes.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R\$ 29.970 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 9.204 mil ou 44%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 20.766 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência da captação junto as instituições bancárias Itaú, Votorantim, Santander e BBM.

Obrigações sociais e trabalhistas

O saldo de obrigações sociais e trabalhistas totalizou R\$ 7.697 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 5.777 mil ou 301%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 1.920 mil. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores: (i) com o plano de expansão da companhia, a quantidade de colaboradores dobrou na relação ano a ano; e (ii) registro dos saldos contábeis da controlada Netell.

Obrigações tributárias

O saldo de obrigações tributárias totalizou R\$ 10.746 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 4.482 mil ou 72%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 6.264 mil. Essa variação ocorreu principalmente em decorrência do aumento de impostos incidentes sobre a receita (a qual foi maior em relação ao ano anterior).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social

O saldo do imposto de renda e contribuição social totalizou R\$ 2.432 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 1.720 mil ou 242%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 712 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência da provisão de IRPJ/CSLL devido ao aumento do resultado da companhia no ano.

Passivo de arrendamento

O saldo do passivo de arrendamento totalizou R\$ 974 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 517 mil ou 113%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 457 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência dos novos contratos de aluguéis e do reconhecimento dos contratos das controladas ISSO e Netell, adquiridas durante 2020.

Outras obrigações

O saldo de outras obrigações totalizou R\$ 5.002 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 4.187 mil ou 514%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 815 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do registro do valor a pagar ao antigo acionista pela aquisição da Isso.

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia aumentou 885%, ou R\$ 169.060 mil, passando de R\$ 19.109 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 188.169 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deu-se principalmente em decorrência das captações em empréstimos e financiamentos realizadas em ao longo de 2020.

Fornecedores – partes relacionadas

O saldo de fornecedores – partes relacionadas totalizou R\$ 6.604 mil em 31 de dezembro de 2020, versus 0 (zero) em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência registro do valor a pagar pelas aquisições ocorridas.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R\$ 171.949 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 156.877 mil ou 1.041%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 15.072 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência das captações em empréstimos e financiamentos realizadas em ao longo de 2020.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizou R\$ 1.258 mil em 31 de dezembro de 2020, versus 0 (zero) em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do IRPJ/CSLL da mais valia de intangíveis .

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Passivo de arrendamento***

O saldo do passivo de arrendamento totalizou R\$ 8.010 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 3.993 mil ou 99%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 4.017 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência dos novos contratos de aluguéis e o do reconhecimento dos saldos das controladas ISSO e Netell, adquiridas durante 2020.

Provisões para contingências

O saldo de provisões para contingências totalizou R\$ 348 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 328 mil ou 1.640%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 20 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do registro de ações trabalhistas nas quais a Desktop foi responsável solidária ao pagamento da indenização e das contingências trabalhistas da controlada Netell.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia aumentou 81%, passando de R\$ 63.601 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 115.223 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 51.622 mil, principalmente devido a geração de lucro líquido no ano fiscal de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**COMPARAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

A tabela a seguir apresenta os componentes do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

(R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2019	AV	Em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8.560	7%	4.180	6%	105%
Aplicações financeiras	3.602	3%	0	0%	0%
Contas a receber de clientes	19.557	16%	13.395	18%	46%
Impostos a recuperar	4.336	3%	807	1%	437%
Imposto de renda e contribuição social	1.950	2%	1.583	2%	23%
Outros ativos	525	0%	254	0%	107%
Total do ativo circulante	38.530	31%	20.219	27%	91%
Não circulante					
Aplicações financeiras	1.749	1%	1.363	2%	28%
Depósitos judiciais	574	0%	249	0%	131%
Impostos a recuperar	5.956	5%	3.981	5%	50%
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.069	1%	1.696	2%	-37%
Contas a receber - Partes relacionadas	0	0%	741	1%	-100%
Outros ativos	2.604	2%	598	1%	335%
Imobilizado	62.381	49%	37.413	50%	67%
Direito de uso	4.162	3%	0	0%	0%
Intangível	9.095	7%	8.165	11%	11%
Total do ativo não circulante	87.590	69%	54.206	73%	62%
Total do ativo	126.120	100%	74.425	100%	69%

Em 31 de dezembro de 2019, o total do ativo da Companhia apresentou um crescimento de 69%, ou R\$ 51.695 mil, em relação a 31 de dezembro de 2018.

Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia teve um aumento de R\$ 18.311 mil, passando de R\$ 20.219 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 38.530 mil em 31 de dezembro de 2019 em virtude do aumento na posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 8.560 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 4.380 mil ou 104,8%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$ 4.180 mil. Esse aumento ocorreu principalmente

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em decorrência do crescimento de receita da Companhia entre os períodos mencionados, mantendo margens estáveis.

Aplicações financeiras

O saldo de aplicações financeiras totalizou R\$ 3.602 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a 0 (zero). Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do crescimento de receita da Companhia entre os períodos mencionados, mantendo margens estáveis.

Contas a receber clientes

O saldo do Contas a Receber Clientes totalizou R\$ 19.557 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 6.162 mil ou 46%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$ 13.395 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do crescimento de receita da Companhia.

Impostos a recuperar

O saldo dos impostos a recuperar totalizou R\$ 4.336 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 3.529 mil ou 437%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$ 807 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência: (i) dos créditos de ICMS CIAP (Controle do Crédito do ICMS do Ativo Permanente) sobre a compra de ativo imobilizado; e (ii) do reconhecimento de créditos fiscais levantados.

Imposto de renda e contribuição social

O saldo do Imposto de renda e contribuição social totalizou R\$ 1.950 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 367 mil ou 23%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$ 1.583 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência das antecipações de IRPJ/CSLL terem sido maior que o saldo a pagar.

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia aumentou R\$ 33.384 mil, ou 62%, passando de R\$ 54.206 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 87.590 mil em 31 de dezembro de 2019 em função do alto investimento em rede realizado pela Companhia ao longo de 2019 e que impactou significativamente a rubrica de imobilizado.

Aplicações financeiras

O saldo de aplicações financeiras (não circulante) totalizou R\$ 1.749 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 386 mil ou 28,3%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$ 1.363 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do crescimento de receita da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Impostos a recuperar

O saldo dos impostos a recuperar totalizou R\$ 5.956 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 1.975 mil ou 50%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$ 3.981 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência ICMS CIAP sobre compra de ativo imobilizado.

Imposto de renda e contribuição social diferido

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido totalizou R\$ 1.069 mil em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$ 627 mil ou 37%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$ 1.696 mil. Essa redução ocorreu principalmente em decorrência da variação das despesas temporárias.

Imobilizado

O saldo do imobilizado totalizou R\$ 62.381 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 24.968 mil ou 67%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$ 37.413 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do alto investimento em rede realizado pela Companhia ao longo de 2020.

Direito de uso

O saldo do direito de uso totalizou R\$ 4.162 mil em 31 de dezembro de 2019, versus 0 (zero) em 31 de dezembro de 2018, devido à adoção inicial do IFRS16 (CPC06), em 2019.

Intangível

O saldo do intangível totalizou R\$ 9.095 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 930 mil ou 11%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$ 8.165 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência da aquisição de software dos equipamento instalados em clientes.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2019	AV	Em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	10.814	9%	4.076	5%	165%
Fornecedores - Partes relacionadas	1.662	1%	508	1%	227%
Empréstimos e financiamentos	20.766	16%	12.350	17%	68%
Obrigações sociais e trabalhistas	1.920	2%	1.376	2%	40%
Obrigações tributárias	6.264	5%	3.833	5%	63%
Imposto de renda e contribuição social	712	1%	0	0%	0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo de arrendamento	457	0%	0	0%	0%
Outras obrigações	815	1%	666	1%	22%
Total do passivo circulante	43.410	34%	22.809	31%	90%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15.072	12%	15.692	21%	-4%
Passivo de arrendamento	4.017	3%	0	0%	0%
Provisões para contingências	20	0%	0	0%	0%
Total do passivo não circulante	19.109	15%	15.692	21%	22%
Total do passivo	62.519	50%	38.501	52%	62%
Total do patrimônio líquido	63.601	50%	35.924	48%	77%
Total do passivo e do patrimônio líquido	126.120	100%	74.425	100%	69%

Em 31 de dezembro de 2019 o total do passivo da companhia apresentou um crescimento de 62%, ou R\$ 24.018 mil, em relação a 31 de dezembro de 2018.

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia aumentou 90%, ou R\$ 20.601 mil, passando de R\$ 22.809 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 43.410 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deu-se em decorrência das rubricas de fornecedores (aumento de R\$ 6.738 mil em relação a 2018) e empréstimos e financiamentos (aumento de R\$ 8.416 mil em relação a 2018).

Fornecedores

O saldo de fornecedores totalizou R\$ 10.814 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 6.738 mil ou 165%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$ 4.076 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do plano de Investimento da companhia e aumento de prazo de pagamento com os fornecedores

Fornecedores – partes relacionadas

O saldo de fornecedores – partes relacionadas totalizou R\$ 1.662 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 1.154 mil ou 227%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$ 508 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência dado o aumento dos contratos de alugueis.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R\$ 20.766 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 8.416 mil ou 68%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$ 12.350 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência da transferência do saldo do longo prazo para o curto prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Obrigações tributárias***

O saldo de obrigações tributárias totalizou R\$ 6.264 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 2.431 mil ou 63%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$ 3.833 mil. Essa variação ocorreu principalmente em decorrência do aumento de impostos incidentes sobre a receita (a qual foi maior em relação ao ano anterior).

Passivo de arrendamento

O saldo de passivo de arrendamento totalizou R\$ 457 mil em 31 de dezembro de 2019, versus 0 (zero) em 31 de dezembro de 2018, devido à adoção inicial do IFRS16 (CPC06), em 2019.

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia aumentou R\$ 3.417 mil, ou 22%, passando de R\$ 15.692 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 19.109 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deu-se, principalmente em função da rubrica passivo de arrendamento que aumentou R\$ 4.017 mil em relação à 2018.

Passivo de arrendamento

O saldo de passivo de arrendamento totalizou R\$ 4.017 mil em 31 de dezembro de 2019, versus 0 (zero) em 31 de dezembro de 2018, devido à adoção inicial do IFRS16 (CPC06), em 2019.

Provisões para contingências

O saldo de provisões para contingências totalizou R\$ 20 mil em 31 de dezembro de 2019, versus 0 (zero) em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do registro de ações trabalhistas nas quais a Desktop foi responsável solidária.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia aumentou 77%, passando de R\$ 35.924 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 63.601 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 27.677 mil principalmente devido a geração de lucro líquido no ano fiscal de 2019.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

(R\$ mil)	Período de três meses findo em 31 de março de		Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	70.880	14.899	89.797	35.090	6.593
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	(204.309)	(19.566)	(230.821)	(41.093)	(30.123)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento	186.248	(522)	187.404	10.383	25.827
Redução/Aumento em caixa e equivalentes de caixa	52.819	(5.189)	46.380	4.380	2.297

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais foi de R\$ 70.880 mil, um aumento de R\$ 55.981 mil com relação ao caixa de R\$ 14.899 mil do mesmo período de 2020, devido ao aumento substancial das vendas, e a variação positiva decorrente de renegociações com fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais foi de R\$ 89.797 mil, um aumento de R\$ 54.707 mil quando comparado ao montante de R\$ 35.090 mil do exercício anterior, devido ao aumento substancial das vendas em 2020 quando comparado à 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais foi de R\$ 35.090 mil, um aumento de R\$ 28.497 mil comparado ao montante de R\$ 6.593 mil do exercício anterior, devido ao aumento das vendas em 2019 quando comparado à 2018.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos

No período findo em 31 de março de 2021, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 204.309 mil, um aumento de R\$ 184.743 mil em relação a R\$ 19.566 mil investidos no período anterior, devido, substancialmente, ao agressivo plano de expansão territorial da rede da Companhia sem a limitação de uso de recursos que existia no mesmo período em 2020. Soma-se ao investimento em rede, o investimento necessário para ativação de clientes.

Em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 230.821 mil, um aumento de R\$ 189.727 mil quando comparado com o montante de R\$ 41.093 mil do exercício anterior, devido substancialmente ao início de um agressivo plano de expansão territorial da rede da Companhia e ativação de novos clientes, contando com recursos de financiamento e suporte do novo sócio H.I.G. Capital.

Em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 41.093 mil, um aumento de R\$ 10.970 mil comparado com R\$ 30.123 mil do exercício anterior devido ao investimento em rede para expansão territorial da Companhia e ativação de clientes.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

No período findo em 31 de março de 2021, o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 186.248 mil, um aumento de R\$ 186.770 mil comparado ao caixa utilizado de R\$ 522 mil do período anterior, reflexo das captações de empréstimos e financiamentos realizadas ao longo do 2º semestre de 2020 e março de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 187.404 mil, um aumento de R\$ 177.021 mil comparado com R\$ 10.383 mil do período anterior devido, substancialmente, a captação de empréstimos e financiamentos ao longo de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 10.383 mil, uma redução de R\$ 15.444 mil comparado com R\$ 25.827 mil do período anterior devido, substancialmente ao aumento de pagamentos de empréstimos e financiamentos para financiar despesas, custos e investimento recorrentes da Companhia em 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. *Descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, no período de três meses findo em 31 de março de 2021 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 é composta de receitas de serviços de telecomunicações. Os diretores da Companhia entendem que a receita líquida de serviços da Companhia é diretamente afetada por inúmeros fatores, inclusive: (a) satisfação dos clientes com os serviços prestados pela Companhia; (b) competição com outras companhias do setor; (c) legislação tributária sobre prestação de serviços.

ii. *Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.*

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pela estratégia de expansão territorial tanto orgânica quanto inorgânica e captura crescente de novos clientes. Sendo a estratégia bem-sucedida, os resultados operacionais serão impactados pelo aumento de vendas compensados parcialmente pelo aumento de custos e despesas operacionais para suportar a operação.

b. **Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A receita da Companhia não é diretamente impactada por variações nos preços, taxas de câmbio e inflação. Não obstante, no período de três meses findo em 31 de março de 2021 e nos três últimos exercícios sociais, a Companhia aumentou o volume de vendas de serviços e como consequência aumentou significativamente sua receita bruta, ano após ano.

c. **Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Nossos negócios são afetados pelas condições econômicas gerais no Brasil ainda que se trate de um serviço essencial para a população. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo e taxa de desemprego poderão reduzir a disponibilidade de renda e poder de compra do nosso público alvo, afetando nossa capacidade de continuar crescendo a base de assinantes.

A inflação pode impactar o resultado operacional da Companhia em linhas como despesas, salários, contratos de aluguéis, que em sua maioria são reajustados anualmente por meio de índices como IGP-M e IPCA. Um aumento na taxa de inflação associado a condições econômicas adversas no Brasil pode afetar o resultado operacional da Companhia.

O risco cambial está relacionado, basicamente, a importação de equipamentos. Ainda que o percentual de equipamentos com exposição cambial seja baixo para a operação, oscilações no câmbio podem afetar os custos de nossos fornecedores e, portanto, o resultado operacional da Companhia.

Finalmente, a taxa de juros da economia tem influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o mercado como um todo, afetando as nossas receitas com prestação de serviços. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas de intermediação financeiro e juros de empréstimos bancários.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 6.3 e 15.7 deste Formulário de Referência. Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2021, a Companhia realizou a aquisição da empresa Netion Soluções em Internet Via Rádio S.A., no exercício social de 2020 adquiriu as empresas ISSO Internet e Telecomunicações Ltda. e Netell Internet S.A. e no exercício social de 2019 adquiriu a carteira de clientes e infraestrutura de rede da Infohelp. As 4 aquisições nesse período mantêm operações similares às da Companhia, operam no Estado de São Paulo e complementam a estratégia da Companhia de crescimento integrado seja através de crescimento orgânico ou aquisições estratégicas.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, tampouco no período de três meses findo em 31 de março de 2021, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

Os diretores devem comentar

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Adoção do IFRS16 que foi emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) /IFRS 16 pela primeira vez em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) /IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição para não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento em 1º de janeiro de 2019. Em vez disso, a Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial.

Além disso, a amortização dos ativos de direito de uso e o reconhecimento de custos de juros sobre a obrigação de arrendamento nas demonstrações do resultado substituíram os valores reconhecidos como despesas operacionais de locação de acordo com a norma de arrendamento vigente anteriormente. A classificação dos pagamentos de arrendamentos na demonstração dos fluxos de caixa também foi afetada pelos requisitos da nova norma de arrendamento.

Efeitos do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019

Ativo de direito de uso

Adoção inicial

Consolidado

3.077

Passivo de arrendamento

Valor a pagar de arrendamento mercantil na adoção
(-) Ajuste a valor presente

Consolidado

5.326

(2.249)

3.077

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias individuais consolidadas auditadas relativas ao período de três meses findos em 31 de março de 2021, e sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos últimos três exercícios sociais da Companhia foram emitidos sem ressalvas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As políticas contábeis estão descritas nas Notas Explicativas 2, 3 e 4 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2020, 2019, e 2018.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Os Diretores da Companhia informam que mantém a prática da revisão de suas políticas contábeis e de avaliação de suas estimativas, em consonância com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo as incluídas na legislação societária, nos pronunciamentos técnicos e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, International Financial Reporting Standards (“IFRS”), e aprovada pela CVM.

Portanto, informam que a preparação das informações contábeis intermediárias e das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Estas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício e potenciais alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As políticas contábeis que são fundamentais para entender a posição financeira e os resultados das operações. A fim de oferecer uma compreensão de como a administração forma seus entendimentos, identificamos as seguintes políticas contábeis críticas.

Combinações de negócios: Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

O Grupo tem a opção de aplicar um “teste de concentração” que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

Provisões para contingências: A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras****a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)****i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

iv. Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários dos Diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Os investimentos em andamento têm por objetivo assegurar o crescimento sustentável da Companhia no estado de São Paulo e nos seus estados adjacentes, estruturando novas áreas que sejam completamente integradas e contínuas a atual operação da Desktop. Os investimentos vem sendo alocados em (i) expansão orgânica, que foi e continuará sendo nossa principal avenida de crescimento, feita de forma seletiva, em regiões contínuas à operação atual; (ii) expansão complementar via crescimento inorgânico, através de aquisições de plataformas que (a) estejam posicionadas em áreas com alto potencial de demanda e dentro do escopo do crescimento orgânico da companhia, (b) que tenham comprovada capacidade de gerar crescimentos orgânicos futuros a Desktop, (c) que tenham um padrão de qualidade de rede em linha com o os padrões Desktop, possibilitando a efetiva e rápida integração de seus ativos e a captura de ganhos de sinergia expressivos; (iii) investimento em infraestrutura e sistemas que garantam a qualidade do serviço e satisfação do cliente da Companhia.

No período de três meses findo em 30 de março de 2021, a Companhia fez investimentos no montante de R\$132,2 milhões conforme aquisições de imobilizado e intangível destacadas no fluxo de caixa da Companhia para o período de três meses findos em 31 de março de 2021.

Para o ano de 2021, o orçamento da Companhia contempla investimentos em expansão orgânica da ordem de R\$430 milhões, incluindo instalação de novos clientes (R\$155 milhões); expansão de rede (R\$245 milhões); implantação de sistemas, veículos e equipamentos diversos (R\$30 milhões).

Além disso, em 13 de maio de 2021, a Assembleia Geral da Companhia autorizou o pedido de registro junto à CVM da oferta pública inicial de ações da Companhia ("IPO"), e de emissora categoria A". O IPO pretendido contará com uma parcela primária pela Companhia para captação de recursos por meio de aumento de capital. Do total de recursos captados, estima-se que 70% serão utilizados para complementar os investimentos em expansão orgânica da Companhia, 10% para o aumento de posição do caixa da Companhia e 20% deverá ser utilizado em nossa estratégia de crescimento via aquisições.

A Companhia esclarece que a destinação dos recursos do IPO poderá ser influenciada pelas condições futuras do mercado, bem como pela oportunidades de investimento que forem identificadas, além de fatores que a Companhia não pode antecipar.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são financiados principalmente por (i) geração própria de caixa, (ii) operações de financiamento via mercados de capitais e empréstimos com bancos comerciais com os quais a Companhia mantém relacionamento, (iii) financiamento dos próprios vendedores, no caso de aquisições de outras empresas ou operações.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 – Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 10 foram descritas nos itens acima.